

UNIVERSIDADE

pública

NOV_DEZ /2008
ano 8. nº46

Envolvimento autorizado, pode ser aberto pela E.C.T.

IMPRESSO

Leitura

Os cenários e as políticas governamentais de incentivo a um hábito ainda distante do cotidiano de grande parte dos brasileiros

Inclusão

Projetos de extensão e curso superior estreitam parceria entre a UFC e indígenas cearenses

Pecém

O esforço da UFC na formação de mão-de-obra qualificada para atuar no complexo portuário



Todo seu



PRESERVE A NATUREZA SEM DEIXAR QUE O SEU DINHEIRO ENTRE EM EXTINÇÃO.



Abra a sua BB Conta Universitária, receba um Ourocard Internacional e um limite de até R\$ 800¹, que pode ser distribuído entre a sua conta e o seu cartão.

Banco do Brasil. 200 anos fazendo o futuro.

bb.com.br/universitario

BANCO DA ANDREA

¹ Sujeito a aprovação cadastral.

UNIVERSIDADE pública

Revista de valorização e promoção da produção científica, tecnológica e cultural da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

Reitor
Prof. Jesualdo Pereira Farias

Reitoria
Av. da Universidade, 2853
60020-181 - Fortaleza - CE
Fone: (85) 3366.7311
Internet: www.ufc.br
E-mail: reitor@ufc.br

Coord. de Comunicação Social e Marketing Institucional
Paulo Mamede
Fone: (85) 3366.7319

Assessor de Comunicação Institucional
Italo Gurgel
Fone/Fax: (85) 3366.7330
E-mail: ufcinforma@ufc.br

Revista Universidade Pública
Av. da Universidade, 2910
Benfica - Fortaleza - Ceará
CEP: 60020-181
Fone/Fax: (85) 3366.7319
revistaufc@gmail.com

Editora
Ana Rita Fonteles
CE01169JP
Reportagens
Naara Vale
CE0183JP
Raimundo Madeira
CE01221JP

Fotos
Júnior Panela
CE00100RF
Estagiário de Fotografia da UP
Davi Pinheiro
Projeto Gráfico
Diego Normandi
Tiragem
5.000 exemplares
Periodicidade
Bimestral
CTP e impressão
Expressão Gráfica

A leitura em foco

O fantástico mundo da leitura apregoador por slogans publicitários governamentais, ou não, ainda é realidade distante para grande parte dos brasileiros. A exclusão paira, sobretudo, sobre os filhos de classes sociais menos favorecidas, com pouco acesso a livros e bibliotecas, vítimas de educação de má qualidade e da falta de oportunidade de encontro com os livros. Mas, tampouco, exclui os mais aquinhoados, muitas vezes sem ambiente familiar que estimule a leitura, e com tão pouca intimidade com os livros que poderiam ser enquadrados na categoria de analfabetos funcionais, ou seja, aqueles que apesar de decodificar palavras não conseguem interpretá-las num texto e nem estabelecer relações com a realidade a partir dele. Mesmo no ambiente universitário são comuns as queixas de desinteresse pela leitura por parte de alunos e a dificuldade de muitos deles para interpretar textos um pouco mais complexos.

Mas afinal, o que vem sendo feito pelo Estado e seus diversos representantes para resolver ou pelo menos minimizar o problema? Foi partindo dessa questão que *Universidade Pública* compôs sua reportagem especial, conversando com gestores públicos, estudiosos e leitores e percorrendo bibliotecas e projetos de incentivo à leitura em nossa cidade, verificando o que anda funcionando e o que ainda precisa de ajustes para atrair cada vez mais leitores ávidos, de todas as idades. E você, leitor de UP, tem uma história interessante para contar sobre sua relação com os livros e a leitura? Conte para nós, através de nosso e-mail.

Nas páginas de nossa entrevista, a primeira conversa com o Reitor eleito e recentemente empossado da UFC, Jesualdo Farias. Ele fala sobre a experiência que teve em enfrentar novo pleito após a morte do companheiro de gestão, Ícaro Moreira, dos problemas trazidos pela falta de autonomia para as universidades públicas federais e sobre os projetos que irão nortear sua administração nos próximos quatro anos.

A série de reportagens sobre o Complexo Portuário do Pecém tem continuidade com matéria onde você fica sabendo como a UFC vem atuando na última década na formação de mão-de-obra qualificada para a atuação nos diversos empreendimentos já implantados ou que ainda não estão instalados lá, como a refinaria de petróleo e uma siderúrgica, que prometem gerar milhares de empregos.

Inclusão étnica na Universidade. Nessa edição, você vai conhecer dois projetos voltados para a defesa de direitos das comunidades indígenas cearenses e um novo curso de nível superior pensado exclusivamente para a formação de educadores indígenas da etnia Tremembé, no norte do Estado. Inclusão digital. A ampliação da sala de aula através de ferramentas eletrônicas e da internet é o que vem fazendo alguns professores da UFC por meio de iniciativas individuais ou através de órgãos como a UFC Virtual. Saiba como, lendo matéria sobre esse assunto.

Esperamos continuar contando com críticas e sugestões de nossos leitores no próximo ano. *Universidade Pública* se compromete a continuar pautando e escrevendo sobre assuntos de interesse da comunidade universitária e da sociedade cearense. A todos, uma boa leitura, um Feliz Natal e um Ano Novo de realizações.

Ana Rita Fonteles
EDITORA UP



NOSSA CAPA

Ilustração sob foto de Davi Pinheiro

ERRAMOS: O nome da titular da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, entrevistada na UP de número 45, é Izolda Cela, e não Isolda Cella, como publicado.



SUMÁRIO

UP. NOV / DEZ 2008

16 CAPA

PARA GOSTAR DE LER

O hábito da leitura é ainda uma realidade distante para muitos brasileiros. Saiba como os governos vêm tratando essa questão e o que será necessário para nos tornar um País de leitores

5 ENTREVISTA JESUALDO FARIAS

O novo Reitor da UFC fala de seus projetos e planos para os próximos quatro anos e reflete sobre a experiência de encarar um novo pleito menos de um ano depois de ser empossado como Vice-Reitor



11

SALA DE AULA AMPLIADA

Professores e estudantes da UFC transformam ferramentas tecnológicas em novas formas de aprender e ensinar

28

UFC INDÍGENA

Projetos de extensão e um curso de nível superior reforçam a parceria da Universidade com comunidades indígenas cearenses

14

CIDADES MAIS VERDES

O recém-criado Núcleo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Urbana quer incentivar cultivo de árvores e hortas dentro dos perímetros urbanos

32

MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA

Cursos de graduação e pós-graduação da UFC preparam profissionais para atuarem em empreendimentos do Complexo Portuário do Pecém, numa parceria de mais de uma década

ENTREVISTA

por Ana Rita Fonteles

As tarefas de Jesualdo

Traçar metas a serem alcançadas e executar ações a partir de um planejamento prévio são tarefas que fazem parte do cotidiano do Prof. Jesualdo Farias há bastante tempo. Formado em Engenharia Mecânica, ele destacou-se na direção do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará, onde é professor titular e pesquisador do CNPq. O desejo de partilhar responsabilidades na gestão da Administração Superior da UFC o levou a compor a chapa que, em 2007, venceu a consulta para a Reitoria. Metas foram discutidas, objetivando um projeto a ser desenvolvido em pelo menos oito anos de trabalho. Mas o destino o obrigou a retraçar caminhos.

Com a morte súbita do Reitor Ícaro Moreira, Jesualdo encarou não apenas a perda do amigo mas também a responsabilidade de conduzir os projetos em andamento. Para surpresa de toda a comunidade universitária, ele, na qualidade de Vice-Reitor, foi impedido de assumir a Reitoria para concluir o mandato de quatro anos. Assim, resolveu submeter seu nome a uma nova consulta, da qual saiu vencedor com quase 90% dos votos.

Depois da posse, no final de outubro, Jesualdo deflagrou novo processo de planejamento, enquanto cuidava de azeitá-la a equipe, praticamente a mesma de Ícaro. Os projetos deixados pelo antecessor foram retomados. Além de dar prosseguimento ao programa de expansão da Universidade, intensificado com a adesão da UFC ao Reuni, Jesualdo encara desafios como o desenvolvimento de uma política de inclusão social que democratize o acesso e garanta a permanência de estudantes na Universidade, a ampliação dos recursos necessários à expansão com qualidade, a integração de uma universidade multicampi e a conquista da autonomia universitária. Algumas idéias e projetos do novo Reitor da UFC estão na entrevista que segue.

JESUALDO FARIAS



Universidade Pública – O senhor assume a gestão da UFC depois de um acontecimento traumático para toda a comunidade universitária, a morte do Prof. Ícaro Moreira. Apesar de ser o Vice-Reitor, o senhor teve de passar por uma nova consulta. Como foi encarar essa experiência?

Jesualdo Farias – Se você perguntar, hoje, se eu tinha alguma expectativa de chegar à Reitoria, pelo menos nos próximos oito anos, eu responderia que não. Mas ninguém imaginou que a Universidade fosse passar pelo que passamos: a terrível surpresa da morte de Ícaro, no dia 17 de abril. Na véspera, tínhamos trocado um telefonema. Ele falou da implantação da Universidade da Integração Luso-Afro-Brasileira, falou de sua última viagem a Sobral e discutimos alguns encaminhamentos. Há pelo menos um ano, não houve um dia em que não tivéssemos conversado pessoalmente ou por telefone. Naquele 17 de abril, a primeira coisa que fiz, pela manhã, foi ligar para ele. O celular não atendeu. Naturalmente, ele já estava morto naquela hora. Veio a notícia do falecimento e foi todo aquele processo muito doloroso, impossível de se compreender e aceitar. Com relação ao processo sucessório, acho que o sistema precisa ser revisto, a legislação precisa ser revista. Não compreendo como uma universidade pública, que tem reitor e vice-reitor eleitos, num processo extremamente complexo, que envolve amplo debate e todo um ritual, não possa definir internamente a sucessão. Um postulante é escolhido nas urnas, tem seu nome indicado na lista tríplice pelo Conselho Universitário, e depois fica aguardando a indicação pelo Presidente da República, que, pelo menos em tese, pode indicar qualquer um dos componentes da lista.

UP – Esse processo não parece um tanto anacrônico, se pensarmos no quadro democrático do país?

JF – Fico preocupado quando acompanho o movimento de nossos sindi-

catos e do DCE no sentido de brigar pela paridade, como se só isto caracterizasse a conquista de um processo democrático. Qualquer que seja o processo – paritário, voto universal, 70/15/15 – ele só será democrático se começar e terminar na Instituição. Isto significa tirar os votos da urna e apurar os resultados. O candidato vencedor deve ser o reitor da Universidade. Será que é democrático um processo que, mesmo paritário, tenha de se submeter ao Conselho Universitário para formação de uma lista tríplice e, depois, à decisão do Presidente da República? Acho que essa discussão precisa tomar outro rumo e vou convidar para ela os sindicatos e o DCE, porque sem autonomia na Universidade nós não vamos conquistar a democracia. Acho injusto cobrarem isso do Reitor. A comunidade universitária tem que se organizar e discutir, até porque existem interesses diferentes entre servidores, docentes e discentes e é necessário haver consenso. Nós passamos por tudo isso em 2007 e, 10 meses depois, é como se nada tivesse acontecido. O Vice-Reitor não foi efetivado no cargo e tivemos que fazer outra consulta. Um dia, quando terminar meu mandato, vou relatar tudo o que ocorreu nesse período, verdadeiras agressões contra nossa Universidade. Houve pressão por renúncia. Mas também fui cercado por pessoas de uma grandeza enorme, a nossa equipe, ex-reitores e todos os diretores dos centros e faculdades, que hipotecaram apoio integral e decidido. Após a morte de Ícaro, permaneci em silêncio durante sete dias. Foi o tempo que me reservei para homenagear meu amigo e companheiro, nosso Reitor. Depois, retomei a questão do processo sucessório.

UP – Desde então, o senhor vem falando na continuidade do projeto do Prof. Ícaro. A partir de um balanço das atividades realizadas, até agora, nas áreas de graduação, pesquisa, pós-graduação e extensão, onde houve avanços e onde o senhor, como novo gestor, fará revisões?



JF – Tivemos, no final da gestão do Prof. René Barreira, a implantação de duas expansões, uma no Cariri outra em Sobral, onde já funcionavam os cursos de Medicina, implantados pelo Reitor Roberto Cláudio. Iniciamos nossa gestão a partir daí. O começo da implantação da estrutura física ficou sob nossa responsabilidade. Implantamos, em seguida, o Campus de Quixadá e passamos a contratar professores e servidores técnico-administrativos, bem assim a adquirir equipamentos para iniciar as obras. Outra parte da expansão, viabilizada pelo Reuni, diz respeito à ampliação das vagas do vestibular, que eram 4.045 e vão chegar a 6.200. Além do Reuni, temos uma terceira vertente da expansão, que é a implantação de cursos semi-presenciais. A UFC Virtual marca presença em vários municípios onde a UFC não está fisicamente e já atende a cerca de 3.500 estudantes, que são alunos da UFC como quaisquer outros que estão nos cursos presenciais.

UP – A herança do Prof. Ícaro vai ser útil nessa nova fase da Universidade?

JF – Ícaro era uma pessoa que se recusava a tirar o pé do acelerador. Ele não gostava quando insistíamos para que desse uma parada. Sentíamos que seu ritmo estava muito forte. Aliás, ele sempre foi assim. Era comum encontrá-lo, sábado ou domingo, na Universidade, trabalhando. Aprendi que é preciso descentralizar ao máximo. Estamos fazendo um planejamento, sem prejuízos para o que está em andamento. Posteriormente, vamos repassar a tarefa para as unidades acadêmicas, a fim de que elas também se planejem. O papel do Reitor vai ser acom-

panhar o processo. Tenho certeza de que vai sobrar tempo para planejar, avaliar, discutir e interagir mais com a sociedade. O Reitor precisa sair do gabinete, conversar com a comunidade, com as lideranças, com os movimentos sociais, com a classe política, que vem nos ajudando bastante. Se não tivermos apoio, colaboração de todos esses atores, muita coisa deixará de ser feita. Também estamos retomando nossas relações internacionais. Estive recentemente na Europa e senti essa cobrança por parte dos reitores. No próximo ano, faremos uma visita a universidades nos Estados Unidos e na Ásia e retornaremos à Europa, para criar programas de mobilidade de professores, estudantes e servidores. Precisamos urgentemente rever toda a nossa política de tecnologia da informação. A avaliação institucional, só vai ser eficiente, eficaz, a partir do momento que tivermos um sistema de TI integrado para receber e fornecer dados, a todo momento. Outro aspecto que acho importante é a implantação de um órgão de assessoramento que trabalhe uma política ambiental para a UFC. Já temos pessoas de excelente nível com soluções as mais brilhantes para tratar do problema. Também considero fundamental um programa de inclusão social. Às vezes, sou mal compreendido porque sou contra as cotas. Faço questão de colocar porque acho que elas não resolvem o problema da inclusão na Universidade. Só faria sentido falar em cotas, se tivéssemos políticas públicas de correção de rumos para que daqui a 10 anos os cotistas não precisassem mais desse expediente para entrar na Universidade. Eu me refiro à melhoria do Ensino Fundamental e Médio, de modo que os alunos possam competir em condições de igualdade. As pessoas que defendem cegamente a política de cotas, na verdade, não avaliam que estão conduzindo para a Universidade um grupo que será segregado. A política de cotas pressupõe a preparação da Universidade no que diz respeito à infra-estrutura física, à política de

assistência estudantil, melhoria da biblioteca, da mobilidade, porque nós vamos trazer também, não é só o estudante pobre, negro, mas também o estudante com deficiência visual, auditiva, locomotora.

UP – No que toca à assistência estudantil houve algum avanço? Na entrevista anterior, quando tratamos desse assunto com o senhor e o Prof. Ícaro, vocês falavam da inexistência de uma rubrica específica. Como ficou essa questão?

JF – Ela evoluiu porque tivemos a felicidade de, este ano, ser implantado o Programa Nacional de Assistência ao Estudante. Esse programa tem dotação orçamentária que vem dos recursos das próprias universidades e metade, como recurso adicional. Na UFC, o valor está em torno de R\$ 4 milhões. Tivemos dificuldade de aplicação do primeiro desembolso porque ele vinha com algumas restrições: não podia pagar bolsa, não podia pagar despesa com locomoção, uma das maiores demandas dos estudantes. Mas, para 2009, não teremos mais esse problema. A UFC é uma das universidades que mais investem em programas de assistência estudantil. Temos residências universitárias, restaurante universitário e programa de bolsas. Em 2008, foram 1.036 bolsas no valor de R\$ 300, pagas com recursos de nosso próprio orçamento. Não estou incluindo as bolsas de pesquisa, que vêm do CNPq e da Funcap, só as do nosso orçamento. Para 2009, vamos passar para 1.636 bolsas. Serão 600 novas bolsas de graduação. Em 2007, aumentamos o valor das bolsas de assistência. Hoje, não há mais bolsista de primeira e segunda categoria. Todos os benefícios têm o mesmo valor e, sempre que as bolsas do CNPq aumentarem, nós vamos aumentar as da UFC. Naturalmente, com responsabilidade e avaliando o impacto em nosso orçamento. Melhoramos consideravelmente as condições de atendimento no restaurante universitário, implantamos o cardápio vegetariano e ago-

ra um cardápio onde o estudante pode optar entre duas modalidades de carne. Estamos fazendo reformas importantes no restaurante e no refeitório do Benfica e temos projeto pronto para o refeitório do Porangabuçu. A negociação para compra de um terreno está em fase final. Outra ação na política estudantil é a construção de uma residência universitária no Campus do Pici. O projeto está pronto, temos recursos previstos no orçamento e vamos tentar, ainda esse ano, liberá-los. Serão 200 vagas a mais, praticamente dobrando o número total. Outra política que consideramos importante é a ampliação e recuperação do acervo das bibliotecas. Pretendemos terminar este ano com investimentos de R\$ 2 milhões, só em livros. Para 2009, vamos contratar ônibus, possibilitando aos estudantes participar de congressos, encontros e outros eventos importantes para sua formação política. Consideramos importante, ainda, a implantação de um grande centro de convivência na UFC, a ser construído no Campus do Pici. Cabe agradecer ao Banco do Brasil, que disponibilizou recursos, algo em torno de R\$ 6 milhões. Ali haverá espaço para performances, livrarias, café, restaurante, auditório, espaço multiuso que servirá também para hospedar estudantes que venham participar de eventos em Fortaleza. Vai ser um espaço muito rico de oportunidades para que a comunidade se encontre e intensifique seu envolvimento com a Instituição.

UP – O ICA, que era responsável pela área cultural, foi transformado em unidade acadêmica. Como será feita a gestão dos equipamentos culturais daqui para a frente?

JF – Hoje essa questão está ligada à Pró-Reitoria de Extensão e, no momento, não pretendemos mudar. Os equipamentos culturais continuam vinculados àquela Pró-Reitoria, mas, ao mesmo tempo, são laboratórios, não só do ICA, mas como de

“Seria ideal que a Universidade toda estivesse no mesmo espaço, mas não cabe no Pici, não cabe no Porangabuçu, não cabe no Benfica, nem no Alagadiço Novo, nem na Fazenda Raposa”

qualquer outra unidade acadêmica. Vamos intensificar isso. Vamos contatar as secretarias de Cultura do Estado e do Município para termos um programa de uso continuado desses equipamentos culturais.

UP – Encontrar espaços para a expansão parece ser um problema nesse processo, seja pela falta de terrenos ou falta de condições de expandir em locais onde os campi já estão colocados. Como é que a expansão vem sendo pensada em termos de planejamento interno, mas também urbanístico, na relação da UFC com a cidade?

JF - Ainda na gestão do Prof. Ícaro, retomamos a discussão do Plano Diretor da UFC. Temos hoje equipe técnica que está fazendo diagnóstico, algumas proposições, preparando o documento inicial para começar a discussão com a comunidade. Isso diz respeito à discussão interna. É preciso que a sociedade entenda que a Universidade tem instâncias de decisão. Muitas vezes, as pessoas cobram da Universidade uma discussão maior com a sociedade, mas nós não podemos abrir um assunto sem antes haver um diagnóstico e uma preparação interna. Essa etapa é muito demorada porque envolve interesses os mais diversos. Temos hoje uma demanda maior que os espaços disponíveis. A Universidade está com-

prando terreno. As pessoas dizem, de forma equivocada, que o Campus do Pici está abandonado, que não vai nada para lá. Minha projeção sobre o Campus do Pici é que, daqui a 10 anos, se não começar a ser verticalizado, ele não terá mais espaço. Hoje já existe ali problema de estacionamento. O que as pessoas muitas vezes chamam de espaços ociosos são os campos de futebol, as áreas verdes, as pistas de atletismo, onde não poderemos construir nunca, sob pena de não termos áreas verdes e espaço para a prática de esportes. Precisamos começar a verticalização desde já. No Campus do Benfica, não há mais como se construir e as pessoas têm de compreender essa realidade. Não há estacionamento e o fluxo de veículos na Av. da Universidade coloca em risco estudantes e servidores. O impacto que a Universidade trouxe para aquela região é muito alto. Outro aspecto que estamos trabalhando é uma interlocução com a Prefeitura. Já enviamos para a Câmara Municipal de Fortaleza uma proposta de modificação do projeto do novo Plano Diretor da Cidade, tornando algumas áreas do Benfica e do Porangabuçu áreas institucionais para que, daqui a 10, 15 anos, a UFC tenha disponibilidade de usá-las. Recentemente, adquirimos um terreno no Benfica, com dois mil metros quadrados, onde vamos construir a infraestrutura da FEAAC. Para se ter um idéia, a FEAAC chegou a tal limite, que banheiros foram transformados em sala de aula. A UFC é uma universidade multicampi e isso vem da sua fundação. Muitos esquecem que o Sítio Alagadiço Novo, assim como a Fazenda Raposa, outros espaços da UFC, extremamente valiosos, pertencem a nossa Universidade. Não podemos excluí-los. Muitas vezes, na hora de discutir a localização de uma nova unidade, gera-se uma polêmica muito grande, mas, na verdade, não temos muitas alternativas. Seria ideal que a Universidade toda estivesse no mesmo espaço, mas não cabe no Pici, não cabe no Porangabuçu, não cabe no Benfica, nem no Alagadiço

Novo, nem na Fazenda Raposa. Temos que aproveitar a oportunidade, quando há recursos, para fazer uma tarefa delicada, de conciliar demandas com a oportunidade de revitalizar áreas degradadas. Essa é a orientação geral que o próprio IPHAN tem dado. O IPHAN nacional tem um relacionamento muito forte com o MEC e está incentivando aquelas universidades que desejam se expandir a fazê-lo em prédios tombados e em áreas de entorno de prédios tombados, porque o urbanismo moderno aponta para isso. Essa polêmica me parece que está mais no campo político do que no das questões técnicas. Temos no entorno da Casa de José de Alencar intervenções muito mais críticas, como a Av. Washington Soares, shoppings, fábricas, uma escola com mais de dois mil alunos. A comunidade do ICA, com o apoio da Reitoria, deseja implantar ali uma unidade acadêmica que tem tudo a ver com o bem tombado e aproveitar essa oportunidade para recuperar todo o jardim, pois parte dele é usado hoje pra plantar roça de milho, de macaxeira, sem o menor controle. Queremos recuperar um espelho d'água que hoje é um esgoto a céu aberto, implantar um projeto belíssimo de paisagismo. Muitas das pessoas que hoje pedem para o ICA ir para o Pici, quando o Prof. Roberto Cláudio propôs discutir a ida da parte acadêmica do Benfica para o Pici, foram contra. O que temos de ter é criatividade e logística que nos permitam, como universidade multicampi, transformar essa formação geográfica em universidade verdadeiramente integrada.

UP – O senhor diria que a situação orçamentária da UFC é tranqüila e permite dar conta dessa expansão? Temos hoje uma crise financeira séria, de caráter mundial. O Governo Federal assegurou recursos apesar da crise?

JF – Nosso orçamento, hoje, é composto de quatro grupos principais. O orçamento do MEC é de aproximadamente R\$ 10 milhões para inves-

timento e R\$ 40 milhões de custeio. Lógico que não é satisfatório. Mas é muitas vezes superior ao que foi antes do primeiro governo Lula. Os recursos de investimento de 2003 eram em torno de R\$ 1 milhão e nem sempre eram liberados até o final do ano. O financeiro chegava a R\$ 800 mil para toda a Universidade. A verba de custeio praticamente dobrou. Também, é razoável, mas ainda não permite uma situação confortável face à expansão. Outro grupo é representado pelo Reuni, cujos investimentos, já garantidos, são de R\$ 69 milhões, até 2012. Outro grupo de recursos vem das emendas parlamentares e de bancada, que é coisa incerta, flutuante. Ano passado, tivemos R\$ 20 milhões aprovados de emenda de bancada. Não significa que voltemos a contar com tais recursos. Estamos batalhando. A residência universitária do Pici está nesse bloco. São R\$ 10 milhões para o Hospital do Coração e já reivindicamos à bancada e ao governador Cid Gomes, mais R\$ 20 milhões para o próximo ano. O quarto grupo é representado pelos recursos oriundos de projetos. E aqui vou citar o mais importante, que é o CT-Infra. No ano passado, o CT-Infra disponibilizou para as universidades brasileiras R\$ 160 milhões. Para nossa surpresa, este ano, apesar de toda a crise, o montante anunciado é da ordem de R\$ 360 milhões. Os

recursos são disponibilizados para todo o sistema e vamos disputá-los. Ano passado, ganhamos R\$ 2,5 milhões aproximadamente. E temos oportunidade, se fizermos um bom projeto, de obter de R\$ 5 milhões a R\$ 6 milhões, o que é muito bom, porque é infra-estrutura de pesquisa. E teremos ainda R\$ 60 milhões para disputar no CT-Infra, somente para o Interior do Estado, contra R\$ 20 milhões em 2007. É razoável acreditar que possamos conseguir R\$ 2,5 milhões para os campi do Cariri e de Sobral. Isso daria à Universidade algo em torno de R\$ 8 milhões de investimento só para pesquisa, equipamentos, laboratórios e obras de infra-estrutura. Existem ainda os convênios que fazemos com alguns parceiros. Eu citaria os dois principais, que são a Petrobras e o Banco do Brasil. Somente para os próximos quatro anos, temos assegurados R\$ 10 milhões do Banco do Brasil, dinheiro que já está em nosso financeiro e que iremos gastando dentro do plano de trabalho estabelecido, o que inclui a construção do Centro de Convivência do Campus do Pici. Também com a Petrobras temos feito negociações importantes, principalmente através dos grupos de pesquisa. E vamos iniciar agora uma ação institucional para tentar um grande projeto para os próximos anos. Temos, como se vê, muito espaço para complementar



nosso orçamento. O que não devemos fazer é nos contentarmos com os recursos que vêm do MEC. É preciso captar mais recursos e eu diria que a projeção para os próximos dois, três anos, apesar da crise, ainda é extremamente favorável.

UP – Quando o senhor fala em captação de recursos, automaticamente nos lembramos da relação entre a Universidade e as fundações de apoio. Depois do escândalo da UnB, diversas medidas restritivas foram adotadas pelo MEC. Como vão se dar, agora, essas relações na UFC?


JF – Sempre defendi o rigoroso controle das relações da Universidade com as fundações. A comunidade precisa acompanhar esse processo. Nós ficamos numa situação extremamente confortável porque não existe relação mais fiscalizada do que das universidades com as fundações. Sofremos auditorias constantes da AGU, do TCU. As fundações são veladas pelo Ministério Público, pelo Conselho Universitário, que acompanham as contas, fazem as cobranças, avaliam os relatórios. As restrições

“Enquanto eu estiver na Reitoria, a UFC não vai perder um centavo, porque minha responsabilidade com a Instituição é muito grande e não vou permitir que recursos sejam devolvidos simplesmente porque aportaram no final do ano”

que surgiram em decorrência de um problema localizado na UnB é muito da cultura brasileira, de que todo o mundo nasce desonesto e vai ter de passar a vida toda para provar que é honesto. Acho que os problemas da Universidade de Brasília e outros das fundações deveriam ser tratados na forma como eles se caracterizam, como problemas pontuais e não generalizados. As restrições impostas

às relações das universidades com as fundações, apesar de necessárias, são muito ruins para a gestão. E isso ocorre porque nós não temos autonomia. Voltamos aqui à raiz do problema, que é, de fato, a carência de autonomia. As universidades públicas precisam urgentemente lutar para conquistá-la porque, se nos valem das fundações, é porque não somos autônomos o suficiente para gerir nossos recursos financeiros.

UP – O senhor poderia detalhar onde essa falta de autonomia interfere no cotidiano da gestão?

JF – Vou lhe dar um exemplo típico. Eu me referi aos R\$ 20 milhões da emenda de bancada. Estamos no final do ano. Até hoje, não recebemos esse recurso. Certamente, a verba só vai chegar na segunda quinzena de dezembro e o sistema de empenho deverá estar fechando entre os dias 20 e 25. Como é que se consegue gastar R\$ 20 milhões em uma semana? Por mais que façamos o planejamento e por mais que nos preparemos, é impossível. Como a Universidade não pode passar esses recursos para o orçamento do ano seguinte, restam duas alternativas: se você não conseguir empenhar, o que dificilmente se consegue, você perde os recursos e lamenta profundamente ou passa esses recursos para a fundação. Ao passar, você não precisa gastar naquele exercício. Eu contrato a fundação e faço o empenho dentro do prazo, mas o dinheiro fica lá e, com muita tranquilidade, a fundação executa tudo aquilo que foi planejado com acompanhamento, fiscalização, auditoria, no ano seguinte. Pois isso é considerado uma irregularidade. O TCU questiona, a AGU questiona. O TCU diz que a fundação não é para executar obras. De fato não é, todos nós sabemos, não é novidade. Repassamos para não perder recursos. Todos os reitores das IFES esperam que seja aprovada, ainda este ano, uma proposta na Lei Orçamentária que permita ao MEC o repasse desses recursos para o exercício seguinte. 



Sala de aula ampliada

Relacionamentos, negócios e diversão foram completamente transformados com a expansão tecnológica. Na última década, as novas tecnologias invadiram também a sala de aula, passando a atuar com auxiliares no ensino

Paulo Freire diz:

Divinizar ou diabolizar a tecnologia ou a ciência é uma forma altamente negativa e perigosa de pensar errado

Um discurso do inventor da lâmpada elétrica, Thomas Edison, em 1913, previa que os livros didáticos se tornariam obsoletos nas escolas e que, usando filmes, seria possível instruir sobre qualquer ramo do conhecimento humano. Como Edison, a cada novo aparato tecnológico surgido, cientistas do mundo inteiro prenunciavam o fim das metodologias de educação tradicionais e até mesmo da figura do professor.

Em parte, estavam certos. Muitos meios foram, ao longo dos anos, substituídos por equipamentos modernos e metodologias de ensino mais avançadas. Mas ao contrário da previsão pessimista, as máquinas não tomaram o lugar dos livros nem dos mestres. Elas adentraram a sala de aula e passaram a dividir espaços, na maioria das vezes, como mediadores da relação professor-aluno-aprendizagem.

Na sala de aula, programas como o PowerPoint, que permite a apresentação de slides animados com cores e sons, facilitam a explanação do con-

teúdo. Fora dela, a internet tem sido o principal meio de auxílio na formação dos alunos. O uso de espaços virtuais para a discussão de temas e elaboração de pesquisas está entre as formas mais usuais dessa nova metodologia mediada pela tecnologia.

O programa de bate-papo Messenger (MSN), usualmente utilizado como entretenimento por jovens, para o professor Tadeu Feitosa, chefe do Departamento de Ciências da Informação da UFC, é o principal instrumento de trabalho na orientação de alunos fora da Universidade. Ele conta que, diariamente, acessa o programa para atender aos alunos que precisam de orientação em seus trabalhos de pesquisa. “O Messenger, na relação com o meu orientando, é um produtor de texto acadêmico”, explica o professor.

Segundo ele, o programa acaba sendo o melhor meio de interlocução com os alunos, pois, dessa forma, ele consegue otimizar o tempo das orientações, atendendo até três pessoas simultaneamente. Além disso,

ao “conversar escrevendo”, o aluno é forçado a organizar melhor as idéias colocando-as em um texto escrito. “Às vezes, das interlocuções que eu tenho com os meus alunos, sai um texto pronto para entrar na monografia”, relata Feitosa.

O horário das orientações via MSN é previamente marcado com os alunos e a prioridade de atendimento é dada àquele que primeiro entrar em contato com o professor. As conversas duram cerca de uma hora com cada orientando. “Se você olhar o histórico das minhas interlocuções com os alunos, são verdadeiros tratados de teoria”, lembra.

Ele conta que a maior parte dos orientandos que pedem auxílio via bate-papo são da graduação, porém, o MSN já foi útil em orientações de alunos que estão fazendo pós-graduação fora do Estado e até mesmo do País. “Eu sou fã desse tal de Messenger, ele me quebra muito o galho”, diz Feitosa. Apesar de ter o programa como peça-chave na orientação de seus alunos, o professor não des-

carta o encontro presencial com os orientandos, especialmente quando a pesquisa ainda está na fase inicial. “Nada no mundo vai substituir o afago, o face a face. No olho no olho, você vê mais bens simbólicos do que numa interlocução mediada pela internet”, destaca.

Facilidades do ensino mediado

Alisandra Cavalcante Fernandes é aluna do mestrado em “Tecnologia da Informação e Comunicação na Formação em Ensino a Distância”, ligado ao Instituto UFC Virtual. Recentemente, ela qualificou sua pesquisa de mestrado diante da banca formada pelos professores

Mauro Pequeno, da UFC; João Batista, da Universidade Estadual do Ceará (UECE); e Paulo Gileno, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Cada um deles assistiu à qualificação e fez as observações finais ao trabalho da sua própria instituição, sem necessidade de se deslocar à UFC. A facilidade foi graças à utilização de vídeo-conferência, através do qual a aluna apresentou a primeira fase da pesquisa.

Assim como a defesa do projeto, todo o mestrado de Alisandra também foi mediado pela internet, através de vídeos-conferência e de fóruns de discussão em ambientes virtuais. As aulas semipresenciais aconteciam de 15 em 15 dias, na sala de vídeo-conferência disponibilizada pelo UFC Virtual. Alisandra explica que procurou o mestrado nessa modalidade porque não tinha tempo de frequentar aulas em horários fixos por conta do antigo emprego. Hoje, além de estar concluindo a pós-graduação, ela trabalha no próprio UFC Virtual, coordenando o Projeto Proativa.

Além da flexibilidade com horários, Alisandra destaca a oportunidade de estudar com professores de diferentes universidades, sem que seja necessário o deslocamento do mesmo. “Nós estudamos com os melhores professores em educação a distância. Dificilmente, se nós fizessemos um mestrado aqui, teríamos condições de ter professores tão bons”, conclui.

Segundo a mestranda, apesar de ainda haver preconceito contra os cursos a distância, as dificuldades e necessidade de dedicação aos estudos são equivalentes aos presenciais. “Quando você está dentro do curso a distância é que você vê como é pesado”, lembra. Ela conta que diariamente o aluno é obrigado a participar de discussões realizadas em ambientes virtuais e acessar uma série de conteúdos disponibilizados online pelos professores. “Não tem condições de você não tirar, no mínimo, três horas de estudo no ambiente online”, calcula.

Ferramentas de mediação facilitadora

Com o avanço das ciências, a tendência é a tecnologia estar cada vez mais presente na sala de aula. O que os mais conservadores vêem como um erro na educação, o professor Mauro Pequeno, coordenador do Instituto UFC Virtual, vê como uma oportunidade de criar meios de facilitar o aprendizado do aluno. “As pessoas ainda precisam despertar para as novas tecnologias”, avalia o professor.

Uma das formas de inserção da UFC nesse papel de facilitador do ensino é através do projeto Proativa, no qual uma equipe de 30 profissionais e estudantes de graduação trabalha na criação de “Objetos de Aprendizagem”. O dispositivo consiste em jogos pedagógicos online que simulam situações reais, utilizando teorias das mais diferentes disciplinas.

Utilizando teorias da Física, por exemplo, um dos jogos simula o tiro de um canhão em determinado alvo. O aluno que utiliza o jogo tem a possibilidade de controlar a gravidade, a velocidade e o ângulo que o canhão deve estar para atingir o alvo. O jogo é simples, mas oferece ao professor de Ensino Fundamental e Médio a chance de demonstrar, na prática, a teoria ensinada na sala de aula. Os jogos estão disponíveis na página eletrônica do programa Rede Interativa Virtual de Educação (Rived), do MEC - <http://rived.proinfo.mec.gov.br>. O site é alimentado por 10 instituições tecnológicas, entre as quais está a UFC.

Ferramentas desse tipo são especialmente úteis às escolas públicas que não têm laboratórios para a realização de experiências demonstrativas. Além de úteis, as ferramentas despertam o interesse dos jovens, aliando assim, o aprendizado ao entretenimento.

Unindo esses dois elementos, o técnico em educação Vuldemburgue Farias, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, está estimulando alunos de escolas do município a criarem



O Prof. Tadeu Feitosa transformou o serviço de bate-papo do MSN em instrumento produtor de textos para orientações de pesquisas de seus alunos

blogs (diários eletrônicos que permitem a postagem de textos, foto e áudio), cujo conteúdo está ligado ao cotidiano do aluno na escola. A ferramenta, segundo o técnico, é uma forma de estimular os alunos a escreverem e de abrir possibilidades para o professor trabalhar com mais uma ferramenta de ensino. “O aluno tem autonomia, não faz nada obrigado e isso o estimula”, explica Farias.

Ensino mediado

No Brasil, a expansão desse ensino mediado pela tecnologia teve início com a popularização da internet, em meados dos anos 90. A partir dessa época, o Governo Federal passou a apostar na inserção de aparelhos tecnológicos nas salas de aula, como forma de reverter a carência de professores e expandir o ensino em território nacional. Um dos investimentos iniciais foi no Ensino a Distância, amparado pelo artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases, que afirma: “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.”

Em 1996, criou o programa TV Escola, capacitando professores através de uma programação pedagógica em um canal do Ministério da Edu-

cação. As escolas receberam um kit composto por uma antena parabólica para sintonizar o canal e um vídeo-cassete. Dessa forma, o educador poderia gravar os programas e exibí-los em sala de aula.


A aposta do Governo nas novas tecnologias intensificou-se ainda mais a partir de 1997, com a implantação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), que passou promover o uso pedagógico das Tecnologias de Informática e Comunicações (TICs) na rede pública de Ensino Fundamental e Médio, com a distribuição de laboratórios de informática completos para escolas cadastradas.

O movimento ganhou tal dimensão que, no ano passado, o MEC criou a Secretaria de Educação a Distância (SEED), voltada especificamente para a “produção de conteúdos, programas e ferramentas para a formação inicial e continuada na modalidade a distância”. Atualmente, o Brasil já conta com pelo menos 15 programas e projetos institucionais de ensino nessa modalidade.

Um deles é o Universidade Aberta do Brasil, utilizado pela UFC, através do Instituto UFC Virtual, para oferecer cursos de

nível superior a distância. A UAB interliga as instituições, possibilitando levar ensino superior público a municípios brasileiros que não possuem cursos de formação ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a demanda local.

Atualmente, a UFC proporciona essa modalidade de ensino a três mil estudantes de graduação de 26 municípios do Ceará. Ao todo, são ofertados os cursos de bacharelado em Administração e de licenciatura em Física, Letras Espanhol, Letras Inglês, Letras Português, Matemática e Química.

Os alunos assistem às aulas através de vídeo-conferência transmitidas em unidades pólos. Em cada local, o programa disponibiliza um tutor que orienta os alunos no conteúdo das disciplinas. Além disso, participam de fóruns de discussão, onde os professores aprofundam os questionamentos iniciados nas aulas. Uma vez por mês, eles têm aulas presenciais com os professores das universidades. 



Com o personagem Raul é possível aprender sobre falsos cognatos nas línguas espanhola e portuguesa

(Produção do Grupo PROATIVA)



Angus, personagem do objeto de aprendizagem

Desafio Eletrizante auxiliará o ensino de Física para alunos do Ensino Médio

(Produção do Grupo PROATIVA)

desafio ELETRIZANTE



Cidades-canteiro

O Núcleo de Ensino e Pesquisa em Agricultura Urbana (Nepau) funciona como laboratório vivo para estudantes e professores do curso de Agronomia da UFC e busca disseminar a prática agrícola dentro do perímetro urbano

O cheirinho é de roça. O verde que toma conta dos olhos atifa ainda mais a sensação de estarmos em um grande roçado. Não fosse uma “agricultora”, de enxada na mão, estar vestida com um jaleco, certamente seria difícil acreditar que estamos ao lado do cruzamento das avenidas Mister Hull com Humberto Monte. Mas estamos. E é ali que fica o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Agricultura Urbana (Nepau), projeto de extensão do Departamento de Fitotecnia da UFC.

Oficialmente inaugurado em 7 de outubro de 2008, o Nepau vinha se estruturando desde meados de 2006. Até essa data, o terreno por trás do Almoxarifado Central do Campus do Pici estava ocioso e era utilizado como depósito de entulho da Universidade. Reestruturada, hoje a área de 5 mil m² (0,5 ha) já conta com uma estufa agrícola; cem canteiros com área individual de 10m²; uma área para compostagem e preparo de substrato e um poço para irrigação.

Além disso, o Núcleo já conta

também com uma boa equipe atuando nas suas dependências. Ao todo, são dois alunos de graduação, cinco de pós-graduação e seis professores do Departamento de Fitotecnia e um da Engenharia Elétrica. Este último, o Prof. Paulo Carvalho, coordena o Laboratório de Energias Eólicas (LEA) instalado no Nepau. No local, professores e alunos do curso de Engenharia Elétrica da UFC estudam o uso de fontes alternativas de energia (solar e eólica) no bombeamento de água em hortas urbanas.

Quem visita o local é recebido debaixo da sombra de enormes oliveiras, onde a equipe do Nepau criou uma espécie de espaço de convivência, espalhando mesas improvisadas com carretéis e bancos de tronco de árvores. Ali, o Núcleo de Estudos ganha ainda mais cara de sítio familiar. O lugar aconchegante serve, além de sala de reunião do grupo, também como espaço para confraternização. “Nós fazemos o nosso Natal aqui”, conta o coordenador do Nepau, Marcos Esmeraldo.

No mesmo local, alunos e professores se reúnem semanalmente para definir a programação das atividades a serem realizadas no projeto. E são muitas. Uma delas são as oficinas e minicursos sobre agricultura urbana promovidos pela equipe. O Núcleo atua também recebendo visitas de escolas, grupos de alunos da graduação e da pós-graduação, além de pessoas interessadas em receber capacitação na agricultura urbana.

Os trabalhos mais frequentes, entretanto, estão voltados para as pesquisas e experimentações com mudas e sementes cultivadas no Nepau. Em pouco mais de dois anos, as espécies plantadas pelo grupo já tomam conta de praticamente toda a área do Núcleo. A diversidade é enorme. Vai das frutíferas (banana, acerola, limão) às ornamentais, passando ainda pelas espécies nativas, hortaliças e plantas medicinais. Todas são utilizadas como objetos de pesquisas, tanto pela graduação, quanto pela pós-graduação.

O campo na Universidade

Com a variedade de espécies e a infra-estrutura instalada, o Nepau funciona como laboratório vivo para os pesquisadores. Atualmente, três dissertações de mestrado e uma tese de doutorado estão sendo desenvolvidas nas estruturas do Nepau. Haynna Fernandes Abud, aluna do Curso de Pós-Graduação em Agronomia, está desenvolvendo sua dissertação nas dependências do Nepau. De acordo com a estudante, a infra-estrutura disponibilizada pelo Núcleo dá todas as condições para a realização de sua pesquisa, que tem como objeto o estudo das espécies nativas mandacaru, xique-xique, facheiro e coroa-de-frade.

Com o começo das experimentações no último dia 8 de novembro, a rotina de Haynna passou a contar com visitas diárias ao Nepau para acompanhar o desenvolvimento das mudas estudadas. Para João Pereira Maciel Neto, estudante do 5º semestre de Agronomia, as visitas diárias ao Núcleo já fazem parte do seu dia-a-dia há pelo menos um ano, quando começou a fazer parte da equipe do Nepau. Como se fosse comum frequentar a Universidade, ele revela: “Às vezes, tem domingo que eu não venho”.

Apesar de demandar a uma grande dedicação extra-sala de aula, ninguém reclama. “É uma oportunidade de você aprender ainda dentro da Universidade as peculiaridades do campo”, lembra Haynna Fernandes. O Nepau vem amenizar o que, para João Neto, é um dos principais problemas do curso de Agronomia: a falta de aulas práticas. “Torna-se muito mais fácil você dizer como é que funciona uma coisa, mostrando”, explica.

De olho no futuro

Conforme explicou Marcos Esmeraldo, um dos principais estudos do Nepau tem como objetivo avaliar o potencial de espécies da caatinga

na arborização do meio urbano e sua utilização na recomposição de áreas degradadas. A idéia é desenvolver na paisagem das cidades as espécies nativas, cada vez mais raras no cenário urbano.


“A arborização das cidades é, muitas vezes, feita com plantas exóticas, às vezes até por desconhecimento das nossas plantas nativas”, argumenta o professor. Por enquanto, o Nepau está realizando os estudos. Futuramente, as pesquisas poderão dar suporte aos municípios que tiverem interesse em executar projetos de arborização das cidades, utilizando, especialmente, as espécies nativas.

Outro trabalho do grupo que se volta para o público externo à Universidade é o de capacitação de famílias participantes de programas públicos de agricultura urbana, como forma de contribuir para o fortalecimento da atividade, amenizando a exclusão social e a desnutrição nos municípios cearenses. A ação, contudo, ainda não está sendo executada porque ainda não há um programa de agricultura urbana concretizado.

Para Esmeraldo, a criação de hortas comunitárias na periferia de Fortaleza pode mudar a vida de milhares de pessoas que hoje estão

em situação de insegurança alimentar. “A horta comunitária seria uma forma das famílias carentes estarem produzindo alimentos para o auto-consumo, bem como os alimentos poderiam ser comercializados”, diz.

A estimativa é que mais de 800 milhões de pessoas no mundo estejam envolvidas com a agricultura urbana ou periurbana. No Nordeste, algumas experiências desse tipo apontam o caminho a ser seguido. Em Teresina, capital do Piauí, há cerca de 20 anos, grandes áreas de hortas comunitárias cercam a cidade. Até 2003, a atividade ocupava aproximadamente 74 hectares. Hoje, as hortas estendem-se por quase o dobro dessa área.

Em Fortaleza, tramita na Câmara dos Vereadores, um projeto que cria o Programa Municipal de Agricultura Urbana. Apesar de ainda estar longe de viver uma experiência como a de Teresina, Fortaleza já deu seus primeiros passos com a implementação de alguns projetos na área, tais como a criação de hortas escolares em 53 escolas municipais e a criação de Centros de Referência em Agricultura Urbana Sustentável (CRAUS) em bairros da periferia. 

As plantas cultivadas na estufa agrícola no Campus do Pici são utilizadas no desenvolvimento de pesquisas, minicursos e oficinas sobre agricultura urbana



Para gostar de ler

Índices nacionais e locais mostram que a relação dos brasileiros com a leitura ainda é distante ou problemática. Pouco acesso aos livros e bibliotecas, analfabetismo funcional, escolarização deficiente e campanhas tímidas de incentivo ao hábito de ler estão entre os maiores empecilhos. Nossa reportagem conversou com leitores, percorreu bibliotecas e destrinchou políticas públicas para saber o que anda sendo feito para aproximar livros e cidadãos no Ceará

Se “ler é fazer amor com as palavras”, como diz o escritor Rubem Alves, a intimidade do brasileiro com elas está em baixa. E não é de hoje. A média de leitura no País, segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 2001, é de apenas 1,8 livro por habitante ao ano, enquanto na França é 7; nos Estados Unidos, 5,1; e na Inglaterra, 4,9.

O mesmo levantamento foi feito ano passado e revelou que a relação com as palavras tem melhorado, com uma média nacional de 4,7 livros. Por se tratar de metodologias diferentes, não é possível comparar a segunda pesquisa com a primeira, que não abarcou os leitores com menos de 15 anos e de três anos de escolaridade.

Afora as questões metodológicas, as duas pesquisas são consideradas as maiores investigações já feitas no País sobre leitura e avalizam a constatação corrente de que o brasileiro

lê pouco. Mas há quem defenda que seja relativizada a comparação do Brasil com os países desenvolvidos em nível de leitura.

“É uma medição desleal, embora saibamos que a leitura não seja um valor para o brasileiro”, avalia a professora de Letras da Universidade Estadual do Ceará e doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, Sara Diva Ipiranga, argumentando que o País ainda tem uma história e uma cultura recentes.

O pouco contato com os livros está relacionado também com uma questão social, que exclui milhões de brasileiros do acesso a bens materiais e imateriais, como o livro e a leitura; e com uma questão de política educacional, que melhora o ensino e conseqüentemente a aprendizagem dos alunos e comece a formar leitores desde cedo. “Na escola e também na

família, a pessoa precisa receber estímulo para construir uma relação de afeto com o livro”, observa a Profª. Sara Diva.

Parece ter sido o que faltou à estudante Júlia Silva Mamede, de 18 anos. “Eu nunca comprei um livro. Hoje, minha avó compra para mim, mas eu não leio”, assume. Ela diz que desde criança lhe falta um interesse próprio pela leitura, mas também atribui à falta de incentivo no ambiente escolar e familiar. “Enquanto meus coleguinhas liam em voz baixa, eu cantarolava e a professora achava que eu estava lendo. Quando minha mãe descobriu isso, passou a me forçar a ler, e eu nunca gostei de ser forçada a nada”.

Vivência diferente de quem, a despeito das adversidades, construiu uma relação íntima com o livro e a leitura já na infância. “Começar pelas crianças é referencial para a formação de leitores. Quando eu leio, eu mergulho na história e me coloco

como uma personagem”, revela Eli-nalda Alves Damasceno, de 23 anos, moradora da zona rural de Mucambo, pertencente a uma família de origem humilde, mas que já recebeu certificado na escola como a aluna que mais lia.

“Não tem quem não goste de ler. Quem diz que não gosta é porque ainda não descobriu o prazer da leitura”, defende Sandra Helena Almeida, formada em Letras pela UFC e professora de Literatura do Ensino Médio. Para ela, a leitura não é um hábito que se cria, mas uma relação prazerosa mesmo com a prática leitora. “Hábito é escovar os dentes. A pessoa tem é de gostar mesmo”.

E como despertar o gosto pela leitura e formar bons leitores? “Formar um leitor é formar um cidadão melhor”, acredita Sandra Helena. “Um bom leitor é aquele que tem uma prática leitora permanente e a capacidade de compreender e criar suas próprias reflexões daquilo que

se apropriou, desenvolvendo autonomia, imaginação e respostas para as dificuldades que encontra no dia-a-dia”, acrescenta Galeno Amorim, diretor do Observatório do Livro e da Leitura e coordenador da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil.

Um bom leitor não é necessariamente o que lê muito, mas como se relaciona com os livros e qual uso faz da leitura. “Para termos um bom leitor, há que se garantir condições que ultrapassam a quantidade de livros lidos – é preciso conhecer o mundo, o grau de maturidade, ter domínio do vocabulário, nível de escolaridade do leitor, para ampliá-lo; atuar sobre o objetivo da leitura, com suporte no grau de interesse do leitor pelo texto ou pelo assunto, promovendo ações de conquista para a leitura; diversificar os gêneros textuais a serem lidos, também diversificando o grau de dificuldade dos textos”, complementa Ana Iório, professora de Pedagogia da UFC que trabalha com oralidade,

leitura e escrita.

“A leitura tem a capacidade de libertar o ser humano de algumas prisões. Por conseguinte, o bom leitor pode ser aquele que lê muito e também o que lê pouco, desde que o ato de ler seja uma ação de aprendizado constante, a qual irá capacitá-lo na compreensão do mundo, das relações interpessoais e principalmente da construção de conhecimento que traga melhoria da qualidade de vida do ser humano”, reforça o diretor do Sistema de Bibliotecas da UFC, Jonathan Soares.

Diferenças regionais e a presença da escola

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil mostrou índices diferentes de leitura em função da idade, da classe social e da localização geográfica. A Região Sul apresentou a maior média de leitura – 5,5 livros por pessoa ao

ano -, seguida da Sudeste, com 4,9, ambas superando a média nacional, que é de 4,7, segundo o levantamento. A Norte tem a menor média, que é 3,9; a Nordeste, 4,2; e a Centro-Oeste 4,5.

O Brasil conta com 95 milhões de leitores de livros, e parte significativa está no Nordeste: 24,4 milhões, atrás apenas da Região Sudeste. “Vale dizer que mais da metade dos nordestinos se declararam leitores de livros”, frisa o coordenador da pesquisa, Galeno Amorim – 59% das pessoas do Nordeste dizem que gostam de ler no tempo livre e que fazem isso com frequência. “Entre os nordestinos com formação superior, esse percentual chega a 82%, o índice mais alto do Brasil”, acrescenta Galeno.

Outros dados interessantes da pesquisa em relação às regiões estão relacionados aos estudantes e à presença da escola. “O Nordeste se equipara aos melhores números”, aponta Galeno Amorim. A média é de 3,6 livros lidos ao ano por pessoa. Mas em todas as regiões, o índice se iguala ou supera três livros – Sudeste (3), Sul e Norte (3,7) e Centro-Oeste (3,4). A queda é significativa quando as pessoas param de estudar. Entre essa população, a média no Nordeste cai para 0,6; no Norte, para 0,2; no Centro-Oeste, para 1,1; no Sul para 1,8; e no Sudeste, para 1,9.

“Esses dados colocam a escola como palco privilegiado para a formação de leitores”, observa Galeno.

O drama do analfabetismo absoluto e funcional

O poeta Mário Quintana dizia que “os verdadeiros analfabetos são aqueles que aprenderam a ler e não lêem”. Alguns não lêem porque não estabeleceram uma relação de afeto com o livro e a leitura, outros porque, mesmo se livrando do analfabetismo absoluto, ainda carregam o fardo do analfabetismo funcional, ou seja, aprenderam a decifrar os códigos da língua, mas não têm a capacidade de compreensão sobre o que é decodificado e de utilização dos textos no dia-a-dia.

Os baixos índices de leitura no Brasil estão relacionados com as altas taxas de analfabetismo. O Mapa do Alfabetismo no Brasil 2003, publicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (Inep), aponta 16 milhões de analfabetos absolutos, pessoas que se declaram incapazes de ler ou escrever um bilhete simples, e 30 milhões de analfabetos funcionais, aqueles de 15 anos ou mais de idade e com menos de quatro anos de estudos concluídos. O mais grave: o estudo mostra que 35% dos analfabetos brasileiros já frequentaram a escola.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2001, também desenvolvido pelo Inep, revela que 59% dos estudantes da 4ª série ainda não desenvolveram as competências básicas de leitura, ou

seja, não conseguem compreender os níveis mais elementares de um texto. O Saeb 2003 reforça essa situação em relação às habilidades de leitura dos alunos de 8ª série, situando 4,8% em um estágio muito crítico, 20,1% em um estágio crítico e 64,8% em um estágio intermediário.

Se internamente, os dados são um vexame para o Brasil, a situação é mais complicada quando comparada a outros países. No Relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (Pisa) 2000, o País foi o último colocado entre 32 na avaliação sobre o letramento em leitura obtido por jovens de 15 anos. Na pesquisa, o conceito de leitura vai além da decodificação e compreensão literal de textos escritos. Um estudo mais recente – o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional 2005 – aponta que apenas um em cada quatro jovens e adultos brasileiros consegue compreender totalmente as informações contidas em um texto e relacioná-las com outros dados.

Os indicadores mais localizados também revelam defasagem entre o ano de estudo e a capacidade de escrita e leitura. O Ceará possui um dos mais baixos resultados de avaliação do País. O resultado da Prova Brasil/2005 revelou que os alunos de 4ª série do Ensino Fundamental obtiveram o 8º pior índice de proficiência em português – 68,2% dos alunos

apresentaram desempenho entre crítico e muito crítico. Isso quer dizer que eles “não desenvolveram habilidades de leitura. Não foram alfabetizados adequadamente e, quando lêem, não são leitores competentes, pois o fazem de forma truncada, lendo apenas frases simples”.

Segundo o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece-Alfa) 2007, 47,4% dos alunos de segundo ano de escolas públicas avaliados não estão alfabetizados. Eles não apresentam fluência na leitura nem interpretam o que lêem. Enquanto três municípios estão na categoria não-alfabetizado, 36 ficam na categoria alfabetização incompleta, 93 no nível intermediário e apenas 38 em nível suficiente e 14 em nível desejável.

Um livro para cada habitante

A meta da Secretaria da Cultura do Estado (Secult) é conseguir até o fim de 2010 garantir, em média, um livro para cada habitante do Ceará. O Governo quer adquirir 3,5 milhões de exemplares para as 193 bibliotecas públicas, um milhão para as 500 bibliotecas comunitárias e mais 3,5 milhões para bibliotecas escolares e privadas, aproximando-se dos 8,2 milhões, número que corresponde à população do Estado.

O Ceará tem bibliotecas públicas em 183 municípios – Massapé, a 258

quilômetros de Fortaleza, é a única cidade fora da lista. O Governo Federal contribuiu muito nos últimos quatro anos para o Estado chegar a esse patamar, com a criação de 57 bibliotecas e a disponibilização de cerca de dois mil livros para cada uma.

Em todo o Ceará, há nove bibliotecas-pólos, que funcionam com estrutura melhor e acervo maior. Para dotar todas as unidades de uma boa quantidade de livros, o Governo do Estado adquiriu até agora só 100 mil livros dos 3,5 milhões desejados. “O orçamento para o ano que vem é gigantesco para comprar pelo menos um milhão”, diz Julianne Larens, assessora do Programa Por um Pacto Social pelo Livro, da Secult.

Além da aquisição por compra, o Governo quer estimular a doação de livros, por meio da campanha “Livro: a doação que liberta”, que mesmo sem o lançamento oficial recebeu 20 mil exemplares. A expectativa é arrecadar em quatro meses um milhão de livros que serão repassados às bibliotecas comunitárias – 117 das cerca de 500 já estão cadastradas na Secult.

Das 681 escolas estaduais (179 em Fortaleza e 502 no Interior), 609 (169 na Capital e 440 no Interior) contam com bibliotecas, de acordo com o Censo Escolar 2007. De todas, apenas quatro (três em Fortaleza e uma no Interior) têm bibliotecários. A Secretaria da Educação Básica do Estado quer adquirir junto ao Ministério da Educação livros para 417 bi-

bliotecas de escolas de Ensino Médio, cada uma recebendo 580 títulos.

Por meio do Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic), o Governo do Estado prevê a aquisição de 21 títulos de literatura infantil e a produção de 12 títulos de autores cearenses para serem impressos pela Seduc e destinados a 5.500 escolas municipais e estaduais de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. O programa prevê ainda a aquisição de 120 mil livros didáticos para alunos e professores de 2º ano e a produção de 200 mil para as crianças de 1º ano.

É visível o aumento dos acervos nos anos mais recentes, mas ainda é um desafio tirar os livros das prateleiras. “É preciso capacitar mais os profissionais das bibliotecas. Às vezes, há volumes maravilhosos, mas que não são usados”, atenta a Profª Sara Diva Ipiranga. A partir da mais recente aquisição pelo Governo do Estado, está sendo feita a preparação para que o livro chegue à biblioteca já em plena condição de uso.

Nesse contexto, a carência de bibliotecários ainda é um problema. O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas calcula que em todas as unidades municipais existam apenas em torno de 15 profissionais formados em Biblioteconomia. “Estamos exigindo que pelo menos as bibliotecas-pólos contratem bibliotecários para receber o acervo”, diz a coordenadora do sistema, Aparecida Lavor.

Enquanto isso não acontece, há



um esforço interinstitucional para oferecer capacitação aos profissionais que atuam nas bibliotecas sem serem bibliotecários e criar cursos técnicos no Interior para formação na área. Na Capital, a Biblioteca Municipal Dolor Barreira tem cinco bibliotecários e a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel conta com 15.

O lugar do livros

A maior biblioteca do Ceará foi inaugurada em 25 de março de 1867 como “Bibliotheca Pública do Ceará” e reinaugurada há exatos 135 anos depois. Com um acervo em torno de 200 mil livros, a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel é um espaço literalmente privilegiado para a leitura - pela quantidade e diversidade de exemplares, pelo conforto e pela própria localização. Entre uma página e outra de um livro, revista ou jornal, o mar ao fundo é um deleite a mais.

“A paisagem é fantástica”, resume o psicólogo Nike Hedlund, gaúcho há 12 anos no Ceará. “Aqui é meu quintal”, diz ele, que mora pertinho da biblioteca. “A estrutura física é excelente, o aparato de livros também, mas o atendimento poderia ser melhor”, acrescenta Nike, para quem a rotina dos anos de trabalho desgastou a relação de alguns funcionários com o público. “Imagine um estudante de 14 anos que chega desmotivado e encontra um funcionário de cara fechada”, observa.

Embora com acervo e instalações bem mais modestos, a biblioteca do Centro Cultural Banco do Nordeste (1999) chama a atenção pela quantidade de usuários. Localizada no Centro da cidade, ela também oferece conforto e atrai muitos leitores. Em função do movimento maior, o silêncio é menor, mas não chega a incomodar os frequentadores, que também contam com salas reservadas para estudo caso desejem mais privacidade. A limitação mesmo é o empréstimo, restrito



Bibliotecas públicas, como a do Centro Cultural Banco do Nordeste, são ainda escassas em Fortaleza. Para muitos, elas são o único espaço de acesso à leitura de livros, jornais e revistas

ao público interno. O público em geral, se quiser ler um livro, não pode levá-lo para casa.

Do Centro para o Benfica, a biblioteca de referência municipal, fundada em 1971, apresenta uma diferença gritante em relação às outras. Em reforma desde janeiro, a Biblioteca Municipal Dolor Barreira não tem sequer identificação do espaço, número 2572 da Av. da Universidade, ao lado do Restaurante Universitário, e por isso passa despercebida. Mas lá dentro não tem como deixar de perceber a falta de sinalização e de climatização, a baixa frequência de usuários, a parte do acervo pelo chão ou exposta à poeira.

“Recebemos muitas doações, mas nem tudo que chega tem condições de ficar, então fazemos uma seleção. Com a conclusão da reforma e uma boa divulgação, muita coisa deve mudar. A automação e a climatização vão melhorar o atendimento aos usuários”, diz a diretora da biblioteca, Elsa Jerônimo. Que assim seja. A expectativa é de que os ajustes aconteçam ainda este ano. Com a reforma, serão criados uma gibiteca, um miniauditório, uma biblioteca infantil e uma biblioteca virtu-

al - o acervo total fica em torno de 14 mil volumes.

Fora do eixo central da cidade, existem espaços de leitura na periferia de Fortaleza que funcionam dentro das Casas Brasil, iniciativa do Governo Federal para atender áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Na Capital, elas estão instaladas nos bairros Antônio Bezerra, Granja Portugal e Vila União. Embora não se constituam bibliotecas, os espaços de leitura reúnem pequenos acervos e funcionam em parceria com a Prefeitura, que já destinou para as três casas parte dos 8.705 livros comprados pela Secretaria municipal de Cultura, a Secultfor.

Integrando bibliotecas

A Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, em parceria com a UFC, criou em abril o Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares e de Formação de Leitores (Simbe), que visa a integrar as bibliotecas escolares transformando-as em espaço de acesso à cultura. O projeto contempla 170 das 186 bibliotecas escolares da rede pública municipal e estruturou uma



Projeto da Prefeitura Municipal de Fortaleza quer integrar bibliotecas escolares, transformando-as em locais de acesso à cultura também para a comunidade. Atualmente, menos da metade das escolas municipais possuem esses espaços

de referência em cada regional para se articular com as demais. O número de bibliotecas não chega à metade das 422 unidades educacionais (317 escolas e 105 creches) mantidas pela Prefeitura, mas o projeto coloca como próximos passos a criação de 55 bibliotecas ou salas de leitura nas escolas e a formação de 340 servidores como auxiliares de bibliotecas e formadores de leitores.

“O projeto tem por objetivos reconhecer a biblioteca como um recurso vital à progressiva elevação do nível de leitura dentro da instituição escolar e da comunidade; revitalizar as bibliotecas escolares, transformando-as em espaços de acesso à cultura; implantar novas bibliotecas nas unidades escolares para que disponham desse recurso pedagógico; sensibilizar a comunidade escolar para o uso e valorização da bibliote-

ca; promover a formação de leitores nas escolas onde essas bibliotecas forem implantadas e de utilização das bibliotecas como espaço pedagógico para o desenvolvimento da leitura, de aprendizagens e de cidadania”, lista Ana Lório, professora da Faculdade de Educação da UFC e uma das coordenadoras do projeto.

Em cada biblioteca escolar, o acervo fica em torno de 700 títulos. “Embora pequeno, é da maior qualidade”, diz a bibliotecária Maria Helena Costa, também coordenadora do projeto. No período de 2005 a 2007, foi feito um investimento superior a R\$ 7 milhões na aquisição de livros para as bibliotecas e salas de leituras das escolas da rede municipal, segundo a Secretaria Municipal de Educação. Nesse período, foram adquiridos pela Secretaria 172 mil livros de literatura, sem contar as aquisições feitas pelo próprio gabinete da prefeita.

Prosa e poesia no quintal

Há um ano, a cada 15 dias, aos sábados, a partir das 16 horas, um quintal do bairro Bom Sucesso, na periferia de Fortaleza, é o cenário para um projeto de incentivo à leitura que reúne dezenas de pessoas. Poeticamente, o projeto se chama Quintais Poéticos - embora a experiência seja única, os idealizadores querem despertar outras pela cidade. “É um evento. As pessoas vão todas arrumadas”, observa Sandra Helena Almeida, coordenadora do projeto e professora de Literatura em um colégio do bairro.

Evento dos saberes e sociabilidades, momento para apresentação de cordel, leitura de textos, contação de histórias, causos e charadas. “O objetivo é tornar o poema banal, do cotidiano das pessoas, tirar o preconceito delas em relação ao livro e ao poema”, diz Sandra. O público integra crianças, jovens, adultos e idosos. “A comunidade é carente, ainda sem apego ao livro. Alguns põem o livro de cabeça para baixo”, conta Sandra. Mas aos poucos eles vão se apropriando do objeto e tomando parte desse bem imaterial.

Os livros são emprestados, mas não é feito o cadastro das pessoas. A intenção é desenvolver nelas a responsabilidade pela devolução sem que haja cobrança para isso. Muitos exemplares já sumiram, mas mesmo assim os organizadores não recuam na decisão. O projeto Quintais Poéticos foi selecionado em 2007 pelo Edital das Artes da Secretaria de Cultura de Fortaleza na categoria incentivo à leitura. Os livros adquiridos pelo projeto são com o dinheiro do edital ou por meio de doação.

Segundo a coordenadora de Literatura da Secultfor, Fátima Souza, o maior mérito do Edital das Artes é democratizar o acesso ao livro e à leitura. Além dos projetos de incentivo à leitura, a seleção contempla as categorias de criação literária, organização de eventos literários e selo editorial.

Quixotes da leitura

“Ó, Dulcinéia del Toboso, iluminai nossos caminhos e guiai nossos passos”. O trecho do clássico Dom Quixote, de Miguel de Cervantes, está reproduzido junto a uma figura do valente cavaleiro de Mancha na capa da agenda da contista Carmélia Aragão. A agenda é usada nas atividades do projeto Agentes de Leitura, da Secretaria de Cultura do Estado, do qual Carmélia é assessora da coordenação pedagógica. Para ela, um projeto quixotesco, sonhador como o cavaleiro andante.

Muitos agentes de leitura podem até nem saber da belíssima história de Dom Quixote, mas encarnam um pouco dele. O projeto é desenvolvido desde 2006, envolve atualmente 128 agentes em 14 cidades do Interior e cinco bairros da Capital e terá a partir do próximo ano 390 agentes em 29 municípios e dez bairros de Fortaleza. Os agentes recebem um pequeno acervo de 80 a 100 livros para trabalhar a leitura com 25 famílias em pelo menos duas visitas mensais a cada uma.

Eles saem de bicicleta, camiseta e boné pela sede ou zona rural em um trabalho que envolve troca de conhecimento, mas também de vivências, sonhos e emoções. “É mais uma realização pessoal do que profissional. Levar às crianças um mundo de sonho me encanta. Promover momentos prazerosos para famílias onde muitas vezes falta comida é muito importante. Sou psicóloga deles e eles são meus psicólogos”, avalia Marisa de Oliveira, 24 anos, agente de leitura em Mucambo.

Os agentes encontram muitas dificuldades para realizar o trabalho, mas como em geral todos têm uma relação de afeto com a leitura, o ofício se torna menos árduo pela sensação de que estão contribuindo para formar novos leitores. A agente de Capistrano Michely Brilhante já chegou a ser expulsa de uma residência por um pai alcoólatra e foi nessa mesma casa que ela ouviu um depoimento marcante. “A mulher, que apanhava



A 8ª Bienal Internacional do Livro do Ceará, realizada pela Secretaria de Cultura do Estado, em novembro, procurou atrair crianças das escolas públicas e privadas

do marido e via os filhos passarem fome, me disse uma vez que queria muito viver no mundo de fada que o livro mostra”.

A falta de intimidade de algumas famílias com as letras é tão grande que há casos em que o agente de leitura precisa se desdobrar para promover o acesso ao livro, extrapolando suas atribuições. A agente de Capistrano Michely Brilhante já chegou a trabalhar em parceria com a Pastoral da Criança para alfabetizar pessoas atendidas pelo projeto. “Encontro muitas crianças e adultos que não sabem ler. Muitos não sabem nem o que é a letra ‘a’. Como incentivá-los então a ler?”.

Além dos agentes que visitam as famílias, fazem o empréstimo de livros e realizam rodas de conversa e leitura, o projeto agora conta com os agentes articuladores, que atuam como coordenadores de grupos de dez agentes de leitura. O estudante Dênis Marques da Silva, 23, é um deles e se destaca pela capacidade de iniciativa. “Quando todos estão começando a sonhar, ele já está realizando ou já tem realizado”, descreve Carmélia Aragão sobre o jovem.

Como agente de leitura, ele encontrou situações de famílias terem receio de deixá-lo entrar na casa. Mas com o tempo e a insistência dos agentes, as resistências são quebradas. “Agora, os pais já abrem as por-

tas para a gente entrar e, se antes ficavam distante, hoje se aproximam, participam, sentam nas rodas de leitura”, compara Dênis.

Mesmo com as conquistas alcançadas, o projeto ainda tem algumas limitações. Uma delas é a falta de renovação do acervo, que com o tempo fica repetitivo. Os agentes apontam ainda a necessidade de ampliação do número de atendidos. Outros problemas são a falta de uma comunicação maior entre eles e a Secult e de apoio de algumas secretarias municipais de educação e cultura.

O projeto seleciona as áreas com menor Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento Municipal, mas há município que ainda recusa participar, como Ararendá, a 334 quilômetros de Fortaleza. “Questões políticas e a falta de recursos nas prefeituras, que muitas vezes não podem oferecer a contrapartida, são problemas sérios”, acresce o coordenador de Políticas do Livro da Secult, Jorge Piero.

Capacitação de profissionais, mobilização para renovação e ampliação de acervos e revitalização das bibliotecas são esforços que a Secretaria tem feito. O exemplo mais emblemático: o Ceará é o primeiro estado a lançar o Plano Estadual do Livro e da Leitura, cujo encontro foi realizado em janeiro de 2008. 📖

BANDEIRA
QUARENTA



A ILHA VERDE - 1957
Acervo do Museu de Arte da UFC - MAUC

“Antes era preciso somente o ângulo visual para se olhar um quadro. Hoje, necessitamos mais que isso: queremos também o ângulo do sentimento. Buscamos olhos não somente na cara, mas também no cérebro e no coração.”
(Antônio Bandeira)

A Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC reconhece o talento e presta homenagem a uma das maiores referências artísticas do abstracionismo lírico brasileiro, o cearense Antônio Bandeira.

 **FCPC**
WWW.FCPC.UFC.BR



O cinema no divã

Projeto de extensão do Laboratório de Psicanálise, do Departamento de Psicologia da UFC, o Cine Freud discute temáticas ligadas às teorias psicanalíticas, utilizando a sétima arte como suporte

Quando a primeira série de filmes foi exibida, em 28 de dezembro de 1895, no Grand Café, em Paris, marcando o início do cinema, o fundador da Psicanálise, Sigmund Freud (1856-1939), estava voltado para suas primeiras formulações e sistematizações da Ciência do Inconsciente, com as publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos, entre 1886 e 1899. Freud não tinha grande interesse pelo cinema porque seu gosto refinado era incompatível com uma arte que nasceu popular e cujo glamour só viria muitos anos depois.

Nem por isso a relação entre cinema e Psicanálise ficou estremeçada. Pelo contrário. As duas sempre se relacionaram muito bem, uma inclusive servindo à outra. Como dizia o próprio Freud, uma obra de arte vai além da compreensão intelectual, despertando no apreciador atitudes emocionais. E a sétima arte já levou às telas vasto potencial para um olhar psicanalítico, sem falar em obras que se debruçaram sobre a própria ciência que estuda a mente humana e as emoções e sobre o seu principal representante. *Freud, além da alma*, produção estadunidense de 1962 dirigida por John Huston, é um exemplo, mas várias outras poderiam ser citadas.

Do extenso rol de películas, 25 já foram exibidas na UFC dentro de um projeto de extensão ligado ao Laboratório de Psicanálise do Departamento de Psicologia, o Cine Freud, que está cadastrado, desde 2007, como atividade extensionista, mas começou a ser formatado e a exibir os filmes no ano anterior, ainda nas salas do Departamento. Depois de passar pela Casa Amarela Eusélio Oliveira e pelo Museu de Arte da UFC, agora o projeto realiza as sessões no Auditório da Reitoria.

O Cine Freud tem como objetivo mostrar filmes cujas abordagens sejam relacionadas com teorias da Psicanálise e promover um debate com psicanalistas a partir dos trabalhos exibidos. Amor, paixão, sedução, sexo, perversão, inversão, subversão, traição, ódio, vingança, loucura, crime, morte... A vida é uma trama, como um filme, ou vice-versa. O cinema leva a realidade e a fantasia para as telas e é por isso que o público se identifica tanto com a ficção, em um processo consciente ou não.

Produções mais contemporâneas, como *Fale com ela* e *Má Educação*, do espanhol Pedro Almodóvar, de 2002 e 2004, respectivamente, ou mais antigas, como a sueca *Häxan – a feitiçaria através dos tempos*, de 1922, do diretor Benjamin Christensen, estão entre os filmes que mais chamaram a atenção pelas possibilidades de leituras de interesse psicanalítico. Mas as exposições são abertas ao público e reúnem uma platéia bem diversificada.


A frequência é de 30 pessoas em média por sessão, mas alguns filmes já reuniram cerca de 60, entre alunos e professores de Psicologia,

Pedagogia, Letras, Filosofia, Sociologia e de outros cursos ou mesmo de fora da Universidade. Público que ao fim da exibição participa de debate, sorteio de livros e ainda recebe um certificado. A programação é preparada no início do semestre letivo e inclui a mostra de seis filmes nesse período, com gêneros variados – do drama à comédia, passando pelo suspense, o romance.

“Extrair conhecimento e elaborar conceitos psicológicos, filosóficos, sociológicos e psicanalíticos a partir de filmes, avaliados por debatedores e alunos, é uma proposta interessante”, avalia o publicitário Leonardo Lima Ribeiro, que faz especialização em Teoria da Comunicação e se identifica com a área de audiovisual. Freqüentador assíduo das sessões, ele também sempre teve interesse em Filosofia e vê uma relação muito próxima desta com a Psicanálise.

Segundo o coordenador do Projeto, Prof. Orlando Cruxen, as exposições contam sempre com a presença de algum psicanalista que possa coordenar a discussão que sucede o filme exibido. “Os resultados deste trabalho têm sido profícuos e marcam a inserção da Psicanálise numa comunidade mais ampla, principal objetivo da extensão”, afirma. O projeto tem, ainda, o apoio do Corpo Freudiano-Escola de Psicanálise.

O Cine Freud conta com o envolvimento direto dos estudantes Yuri Telles e Raphael Marques, bolsistas de extensão que encontram na experiência a oportunidade de aprofundar os estudos em Psicanálise, inclusive apresentando trabalhos em encontros de iniciação científica,

pesquisa e extensão, e de promover o contato desta ciência com a comunidade. As inscrições para participar do projeto são gratuitas e podem ser feitas pelo telefone (85) 3366.7727 ou por e-mail: cinefreud@gmail.com 

NA TELA DO CINE FREUD

Já foram exibidos pelo projeto:

Entre elas (Inglaterra, 1994), *A professora de piano* (Áustria-França, 2001), *Häxan – a feitiçaria através dos tempos* (Suécia, 1922), *Sexo, mentiras e videotape* (Estados Unidos, 1989), *Nathalie X* (França, 2003), *Camille Claudel* (França, 1988), *Má educação* (Espanha, 2004), *A vida de David Gale* (Estados Unidos, 2003), *A história de O* (França, 1975), *Fale com ela* (Espanha, 2002), *Ligações perigosas* (Estados Unidos, 1988), *Inconscientes* (Espanha, 2004), *O morro dos ventos uivantes* (Estados Unidos, 1939), *Um corpo que cai* (Estados Unidos, 1958), *Esposamante* (Itália, 1977), *Veludo azul* (Estados Unidos, 1986), *Paixão turca* (Espanha, 1994), *As invasões bárbaras* (Canadá-França, 2003), *Terra estrangeira* (Brasil, 1995), *A sangue frio* (Estados Unidos, 1967), *As virgens suicidas* (Estados Unidos, 1999), *O livro de cabeceira* (França-Inglaterra-Holanda-Luxemburgo, 1996), *O processo* (França-Itália-Alemanha, 1962), *Quando Nietzsche chorou* (Estados Unidos, 2007) e *Caráter* (Holanda, 1997).

Cearenses na Academia

Criada em 1916, a Academia Brasileira de Ciências congrega em seu quadro alguns dos principais cientistas brasileiros. Dentre eles, estão oito cearenses, três deles atuando no Ceará

Teste de conhecimentos gerais. Primeira questão: diga o nome de cinco escritores que fazem parte da Academia Brasileira de Letras (ABL). Questão número dois: cite o nome de pelo menos um cientista integrante da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Acertou as duas questões? Parabéns! Muitas pessoas até acertariam a primeira facilmente, mas tantas de tentar responder à segunda, outras tantas se questionariam: “O que é mesmo a ABC?”.

Ela existe desde 1916 e reúne entre seus integrantes alguns dos maiores cientistas brasileiros. Ao todo, são 638 membros, divididos nas ca-

tegorias Membros Titulares (416), Associados (72), Colaboradores (2) e Estrangeiros (148). Embora grande parte de seus filhos tenha deixado a terra para desenvolver carreira acadêmica Brasil afora, o Ceará tem boa representatividade no quadro. Nascidos no Estado são oito Titulares e três Associados, sendo que apenas um Titular (João Lucas Marques Barbosa) e um Associado (José Xavier Filho) residem na terra natal.

Mais recentemente, a ABC criou a categoria de Membros Afiliados, onde estão inseridos jovens cientistas que, mesmo com pouco tempo de carreira acadêmica, já conseguiram convencer de seu potencial como difusor da ciência brasileira. O título é conferido a até cinco jovens pesquisadores de cada região do País, em caráter temporário de cinco anos de vigência, sem renovação. Na Região Nordeste, o título de Membro Afiliado foi confiado a dois professores do Departamento de Matemática da Universidade Federal do Ceará. São eles Eduardo Vasconcelos Oliveira Teixeira e Jorge Herbert Soares de Lira.

Aos 32 anos de idade, Eduardo Teixeira é o mais jovem dos dois pesquisadores. No entanto, é o que está há mais tempo na Academia. Ele foi nomeado Membro Afiliado em dezembro de 2007, como integrante da área de Ciências Matemáticas. Filho de um paulista com uma cearense, Eduardo nasceu na cidade de São Paulo, mas criou-se no Ceará, onde concluiu o bacharelado e o mestrado em Matemática, pela UFC.

Quatro dias após seu casamento, partiu para os Estados Unidos, país onde completou o doutorado, sob a orientação do Prof. Luis Caffarelli, da University of Texas at Austin, em 2005; o pós-doutorado foi concluído no mesmo lugar em maio deste ano. Professor adjunto do Departamento de Matemática da UFC desde 2005, Eduardo tem no currículo uma produção digna de um veterano: são 14 artigos publicados em periódicos de grande prestígio na área, além da autoria de um livro introdutório sobre equações diferenciais, área em que desenvolve seus estudos.

“Tenho pagado um preço muito alto para estar nesse patamar”, revela o professor. Segundo ele, são de 60 a 70 horas semanais de trabalho para dar conta das aulas na faculdade, pesquisas e ainda ter tempo para brincar com a filha de um ano. Para Eduardo,

apesar dos sacrifícios, o esforço tem valido a pena. “Pertencer à ABC ou a uma academia de ciências do País é a maior distinção almejada por quem faz carreira acadêmica”, diz.

Semelhante orgulho sente Jorge Lira, professor do Departamento de Matemática da UFC há seis anos. “A ABC é uma academia que reúne a nata da ciência brasileira. Ao ser indicado como Membro Afiliado, você está entrando nesse rol”, ressalta. Aos 34 anos, o paraibano de Cajazeiras passou a fazer parte dessa elite científica no último mês de agosto.

Ao contrário do que se pensa de todo professor que mexa com cálculos, a entrada no mundo matemático não foi exatamente por gosto aos números. Ele conta que quando adolescente lia muitos filósofos que faziam referência à matemática, mas nenhum conseguia estabelecer uma verdade definitiva sobre os problemas que discutiam. “Para quem queria uma verdade, o refúgio mais seguro era a matemática, porque nela, as verdades são incontestáveis”.

Na busca pela verdade, terminou o curso de bacharelado em Matemática pela UFPB e mudou-se para o Ceará, onde, segundo ele, está uma das correntes mais fortes em Geometria Espacial, área de seu estudo. Aqui terminou o mestrado e deu início à sua promissora carreira acadêmica, ingressando como professor efetivo da UFC em 2002. Já o doutorado foi realizado em Paris, na França.

Para Jorge, a sua alta produção de artigos científicos e a potencialidade como auxiliar na formação de novos pesquisadores foram os itens primordiais para a sua indicação à ABC. “Em um ano, formei três alunos de doutorado”, calcula. De acordo com o professor, muito mais que um orgulho, a nomeação para a Academia é um convite a dar continuidade aos trabalhos. “Para mim está sendo um estímulo e um norte a ser seguido”.

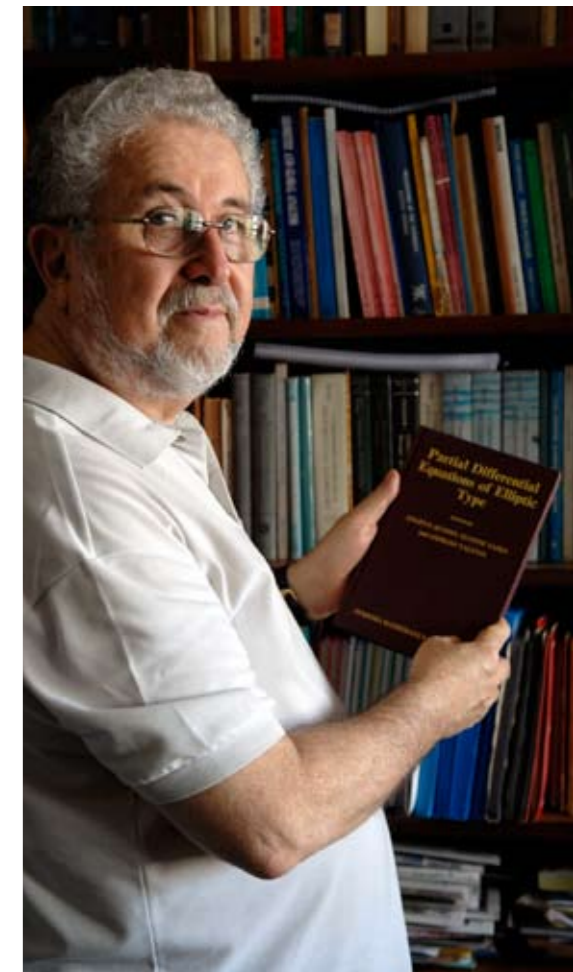
Filhos da terra

A boa produtividade científica da UFC, em especial do Departamento de Matemática, vem de longas datas. Ainda em 1979, o Ceará teve seu primeiro representante nos quadros da ABC. O Prof. João Lucas Marques Barbosa, de 65 anos, é o cearense que há mais tempo pertence à Academia e o único que mora e trabalha com a atividade acadêmica no Ceará.


Pós-doutor em Geometria pela Universidade de Stanford, nos Estados Unidos (1973), Lucas conta em sua autobiografia, publicada no site da ABC, que ao longo do seu primeiro grau (atualmente Ensino Fundamental) foi um aluno mediano, “tendo quase sido reprovado em Matemática no terceiro ano primário” (3ª série). Anos depois, mais precisamente em 1962, o aluno médio entraria no curso de Bacharelado em Matemática da então recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com a maior nota do vestibular: 9,5.

Foi ainda na faculdade que conheceu o professor e membro da ABC Manoel Perdigão do Carmo, de quem foi aluno e, posteriormente, parceiro durante mais de 18 anos. Juntos, deram início a uma nova área de pesquisa em Matemática (estabilidade de imersões mínimas), trabalho que rendeu a Lucas a vaga na Academia Brasileira de Ciências.

O pesquisador conta que, no dia da nomeação, uma candidata anterior a ele apresentou um currículo com o qual o orador levou dez minutos citando sua trajetória profissional. Na hora de apresentar o seu currículo, o professor foi direto e justificou a sua indicação apenas pela autoria do trabalho sobre estabilidade de imersões mínimas. O sucesso do trabalho possibilitou a sua entrada como membro titular da ABC e lhe deu o poder de indicar outros pesquisadores para a instituição, tal como fez como Eduardo Teixeira e Jorge Lira.



João Lucas Barbosa: de aluno “mediano” de Matemática à autoridade reconhecida na área de Geometria

Além de professores da Matemática, o Ceará é representado também por outros dois docentes: um Membro Titular e outro Membro Associado. O primeiro, é o atual reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, e ex-reitor da Universidade Estadual do Ceará, professor Manassés Claudino Fonteles, um dos fundadores do Departamento de Fisiologia e Farmacologia da UFC. Já o segundo, é o professor aposentado pela UFC e pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), José Xavier Filho. 

Eduardo Teixeira diz que pertencer a uma academia de ciências é sonho almejado por quem faz carreira acadêmica



Parceria reforçada

Dois projetos da UFC, recentemente aprovados pelo Programa de Extensão Universitária (Proext), apóiam comunidades indígenas do Ceará no enfrentamento a alguns de seus principais problemas: educação e demarcação de terras. Outro projeto está levando aos Tremembés de Almofala o ensino indígena de nível superior

A história não é nova. Ainda criança, aprendemos na escola que, com a chegada dos portugueses ao Brasil, milhões de índios foram dizimados, fazendo praticamente desaparecer do território brasileiro aqueles que teriam sido os primeiros habitantes do País. De fato, aprendemos certo. Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), não há um número exato de quantas sociedades indígenas existiam no Brasil antes da colonização. Porém, as estimativas apontam para uma variação de 1 a 10 milhões de habitantes nativos naquele tempo. Só na bacia amazônica, calcula-se que existissem 5,6 milhões de indígenas.

Hoje, conforme dados da Funai, os índios perfazem cerca de 0,25% da população brasileira. Distribuídos entre 215 sociedades indígenas, eles chegam a aproximadamente 460 mil pessoas. Isso, oficialmente, pois o dado considera apenas aqueles indígenas que vivem em aldeias. Outra estimativa revela que, além destes, há entre 100 e 190 mil vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas.

Apesar dos quase meio milhão de indígenas, crescemos e continuamos a ouvir apenas da dizimação dessas sociedades. Construimos no nosso imaginário a figura de um índio que viveu no Brasil e ficou no passado. A ignorância sobre esse povo está refletida na dificuldade de efetivar a demarcação das terras dessas comunidades e de reconhecer seus direitos.

Na contramão disso, dois projetos recentemente aprovados no edital de seleção do Programa de Extensão Universitária (Proext), da Pró-Reitoria de Extensão da UFC, se voltam para a causa indígena, com foco em alguns dos principais problemas enfrentados por esses povos: educação, desenvolvimento local sustentável e direito à terra.

Desenvolvimento local como meta

No Departamento de Geografia da UFC, uma equipe interdisciplinar de 20 alunos e quatro professores participa do projeto “Salas Interativas e Ações Comunitárias: estratégias de desenvolvimento local em terra indígenas no Ceará”, desenvolvido na comunidade Jenipapo-Kanindé, situada no litoral do Iguape, a cerca de 60 quilômetros de Fortaleza. Ali, cerca de 250 indígenas sobrevivem de atividades de subsistência baseada na pesca, agricultura e extrativismo vegetal.

A comunidade conta apenas com um posto de saúde e uma Escola Diferenciada Indígena Jenipapo-Kanindé, instalada em 1982, em uma casa cedida pelo cacique da aldeia. Recentemente, a escola ganhou uma nova sede, construída com recursos federais. Além de salas de aula, os alunos foram beneficiados também com novos computadores. Por enquanto, os equipamentos estão parados porque não há quem saiba utilizá-los.

Por conta disso, uma das ações já elencadas pela equipe do Salas Interativas, em conjunto com a comunidade indígena Jenipapo-Kanindé, será o treinamento de professores da escola para a utilização dos computadores em sala de aula. As demais ações ainda estão em fase de planejamento, juntamente com os indígenas.

Nove professores e os 60 alunos da escola diferenciada serão o público-alvo do projeto. A ideia é que eles funcionem como agentes multiplicadores para o restante dos mo-

radores locais. O objetivo principal é “aprimorar as formas de desenvolvimento comunitário da Terra Indígena Jenipapo-Kanindé, por meio de atividades que levem à sustentabilidade socioambiental, de forma que, futuramente, a própria comunidade possa direcionar seus caminhos nesse sentido”.

O projeto prevê atuação em cinco linhas principais: educação indígena, resgate e valorização cultural, produção rural, saneamento básico e conservação ambiental. A metodologia de trabalho será através de oficinas e cursos ministrados por alunos e professores participantes do Salas Interativas.

O conteúdo das oficinas, entretanto, ainda não está definido. “Nós não temos um pacote fechado”, explica o Prof. Edson Vicente da Silva (Cacau), coordenador do Projeto. Segundo ele, a comunidade é quem vai decidir o que é prioridade para ela, apontando as suas principais necessidades.

A partir daí, tendo como eixo integrador das atividades a educação ambiental, serão definidos os temas e as datas das oficinas. As primeiras delas (sobre Informática, Índios do Brasil e Geografia do Ceará) serão realizadas nos dias 13, 14 e 15 de janeiro, na própria comunidade. Outra ação prevista pelo Projeto é a elaboração de cartilhas sobre educação e cultura indígena que posteriormente serão distribuídas para alunos de escolas indígenas do Ceará.

Terras de volta aos donos

No Ceará, 12 etnias indígenas vivem espalhadas por 18 municípios do Estado. A Funai já catalogou e reconheceu cerca de 17 mil índios vivendo em terras cearenses, porém, a estimativa do Órgão é que existam cerca de 22 mil indígenas por estas bandas. De todos esses povos, apenas os Tremembés de Queimadas, no litoral oeste do Ceará, possuem suas terras demarcadas. Outras etnias, de pelo menos mais 15 terras, continuam aguardando a finalização de um lento e complicado processo

de demarcação. Somente o povo Tapéba, a maior etnia do Estado com cerca de 8 mil membros, teve seu processo anulado duas vezes pela Prefeitura Municipal de Caucaia, onde está a comunidade.

A falta de acesso à terra é a maior dificuldade enfrentada pelos índios cearenses. Quem afirma é o professor do Departamento de Direito Público da UFC, Henrique Botelho Frota. É ele quem está à frente do projeto “Direito à Terra e à Diferença: desafios da demarcação de terras e promoção dos direitos indígenas no Ceará”, desenvolvido pela Faculdade de Direito da UFC, com apoio do Proext. O trabalho faz parte das atividades de extensão do Centro de Assessoria Jurídica Universitário (CAJU), que desde o ano passado começou a voltar ações para os direitos de indígenas.

O projeto vai trabalhar ações em três eixos concomitantes. O primeiro é a realização de uma pesquisa sobre a situação das terras indígenas no Ceará, apontando os fatores que influenciam positiva e negativamente os processos de demarcação. “Por incrível que pareça, apesar de termos aqui um escritório da Funai e um movimento indígena organizado, essas informações sobre demarcação de terras nem sempre estão sistematizadas”, conta Henrique Botelho.

Outra dimensão do projeto é trabalhar com a comunidade indígena a difusão dos seus direitos através de oficinas pedagógicas ministradas, em sua maioria, por alunos da graduação da Faculdade de Direito. No momento, os coordenadores do projeto se articulam com representantes do movimento indígena do Ceará para planejar como e em quais comunidades essas ações serão desenvolvidas. “A nossa ideia é propor essas atividades para os índios, mas não definindo tudo o que vai ser feito sem nenhuma margem de democracia”, explica o professor.

Algumas reuniões com os grupos já foram realizadas com diversas lideranças indígenas do Estado e, segundo Botelho, o projeto foi bem recebido pelos representantes das

comunidades. Para o professor, esse é um momento de adquirir a confiança das comunidades. Ele explica que, por conta de pesquisadores que desenvolvem suas pesquisas nas comunidades e não dão continuidade ao trabalho e nem retorno após finalizá-lo, muitos indígenas mantêm uma posição de desconfiança quando são propostas ações desse tipo. “Esse é um momento para que o movimento indígena nos conheça”, ressalta.

O terceiro eixo do projeto também já está começando a ser trabalhado. Ele consiste na sensibilização da sociedade não-indígena para as questões desses povos. Um dos locais onde haverá uma forte atuação será na própria UFC, mais especificamente na Faculdade de Direito. “Nós não temos uma disciplina de direito indígena, os nossos professores não são sensibilizados e hoje nós estamos lidando com uma situação em que os juizes federais e dos Estados têm que julgar processos referentes a esses direitos”, lembra Botelho.

Indígenas com curso de nível superior

A UFC está prestes a implantar um curso inédito no Estado. Trata-se do Curso de Magistério Indígena Tremembé Superior (MITS) – Licenciatura Intercultural Específica. Aprovado pelo então Reitor em exercício da UFC, Prof. Luis Carlos Saunders, no dia 4 de agosto de 2008, o projeto está em processo de aprovação e regulamentação no Conselho Universitário (Consuni).

O curso atende a 39 professores indígenas da comunidade Tremembé de Almofala, no município de Itarema – litoral oeste do Ceará. Todos eles são diplomados pelo curso de Magistério Indígena Tremembé – Nível Médio (MIT), reconhecido pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc), em 2004. O objetivo do projeto é ofertar a esses professores formação em nível superior (específica, diferenciada e intercultural), habilitando-os ao magistério em Escolas Diferenciadas Indígenas





Curso superior para formação de professores Tremembé é demanda antiga da comunidade indígena (Foto: Babi Fonteles)



Equipe do Departamento de Geografia vai trabalhar com os Jenipapo-Kanindé em projetos de desenvolvimento local (Foto: divulgação)

a disciplinas mais teóricas, na Tempo-Comunidade, eles participam de atividades práticas de educação básica Tremembé, sob a orientação e acompanhamento de consultores-docentes. Também nesta modalidade, são realizadas atividades sócio-político-culturais e de extensão, tais como noites culturais, seminários, assembleias, reu-

Tremembés, em nível Fundamental e Médio.

Para isso, o projeto conta com uma equipe multidisciplinar de cerca de 40 consultores docentes (como são chamados os professores universitários convidados a dar as aulas), que uma vez por mês, durante uma semana, vão até a comunidade realizar os trabalhos. O tempo curricular do curso está organizado em duas modalidades de atividades integradas: o Tempo-Escola e o Tempo-Comunidade, que, ao todo, perfazem um total de 4.800 horas, ao longo de quatro anos de duração.

Enquanto na modalidade Tempo-Escola os professores assistem

niões e projetos de intervenção.

De acordo com o coordenador geral do projeto, Prof. José Mendes Fonteles Filho (Babi), a necessidade de um curso de nível superior nasceu das demandas de expansão das escolas diferenciadas indígenas, que hoje totalizam seis unidades na área Tremembé. “O ensino superior, mais que uma exigência da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), é uma exigência do trabalho desses professores e uma vontade deles também”, destaca o coordenador.

Para Babi, a instalação de um curso superior indígena é a resposta da Universidade a uma demanda antiga da comunidade e que vem forta-

lecer a política de ações afirmativas da UFC. “A universidade está se reinventando ao perceber que um curso de nível superior pode ser proposto por um seguimento social organizado. Isso coloca a Universidade em uma outra relação com a sociedade: de parceira”, aponta.

Um dos aspectos de maior relevância do projeto é a forma como ele foi concebido. Antes mesmo de a UFC reconhecer como curso superior, a comunidade Tremembé, em parceria com colaboradores de diversas instituições (inclusive da UFC), sistematizou e deu início ao MITS. As primeiras atividades começaram ainda em 2006, ano em que a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc) concedeu diplomas a 42 professores tremembés pela formação no MIT. A publicação do Edital do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas, do Ministério da Educação, (Prolind/MEC), em 24 de agosto deste ano, foi o empurrãozinho que faltava para o curso de nível superior, finalmente, ganhar ares oficiais. ☺

Conquista inédita

Pesquisa sobre responsabilidade social no semi-árido, desenvolvida por estudante do curso de Agronomia da UFC, é vencedora do Prêmio Ethos-Valor

Ela tem um nome incomum: Fernanda Jackeline Aparecida Paulo Nonato. E agora, também um mérito incomum. O que tem chamado mesmo a atenção sobre essa jovem estudante de 25 anos é a conquista, pela primeira vez na UFC, do Prêmio Ethos-Valor, criado pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (UniEthos) e o jornal Valor Econômico. Com o trabalho “Responsabilidade Social da Empresa no Semi-Árido: um instrumento de melhoria da qualidade de vida da população rural?”, ela venceu a oitava edição do prêmio, na categoria estudante de graduação.

Elaborado com base na monografia de fim de curso apresentada em 2007, quando se graduou em Agronomia, o artigo de Fernanda Jackeline se destacou entre 342 trabalhos inscritos por várias universidades brasileiras, competindo inclusive com um da Faculdade Integrada do Ceará (FIC). Os dois trabalhos cearenses e outro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) foram os finalistas na categoria, cujos autores compareceram à entrega do prêmio, no último dia 9 de setembro, em São Paulo. “Para mim, ficar entre os finalistas já era uma grande surpresa”, diz a vencedora. Em todas as outras quatro categorias, os ganhadores pertenciam a instituições de Ensino Superior de São Paulo – USP e FGV-EAESP – e do Paraná – UEL e UniCuritiba.

O Prêmio Ethos-Valor surgiu em 2001 para estimular estudantes e professores universitários a produzirem ciência e conhecimento nos temas do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social empresarial. A estudante Fernanda Jackeline acompanhou a experiência de uma agroindústria de produ-

tos orgânicos, voltada para a exportação de polpas e concentrados de vitamina C, instalada no município de Ubajara, a 320 quilômetros de Fortaleza, precisamente na comunidade de Jaburu, onde residem aproximadamente 105 famílias. A pesquisa se debruçou sobre os 301 empregados que trabalhavam na fazenda ligada à empresa e sobre outro grupo de não empregados.

A estudante procurou mensurar indicadores de qualidade de vida nos dois grupos, como renda, educação, saúde, moradia, transporte, lazer e bens duráveis, e identificou melhorias para os empregados, mas também extensivas aos não empregados. “A transformação do meio rural não é fácil, e pequenas ações podem ajudar a transformar a realidade. Só o fato de ter uma empresa ali já contribui para a melhoria da qualidade de vida daquela população em comparação com áreas onde não há empresas instaladas”, observa Fernanda Jackeline.

Quando a presença da empresa vem acompanhada de novidades que facilitem o acesso à educação, à saúde, à renda e a outros direitos e oportunidades, a responsabilidade social se efetiva na melhoria da qualidade de vida da comunidade. “O desafio para as empresas e a própria população é como transformar as melhorias em algo sustentável. A responsabilidade social deve ser pensada para não criar uma situação de dependência”, acrescenta a Prof^a. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima, do Departamento de Economia Agrícola, responsável pela orientação do trabalho.

Agora aluna do Mestrado em Economia Rural, Fernanda Jackeline quer expandir a pesquisa feita na graduação para levantar o nú-

mero de empresas agrícolas em operação no Ceará e identificar se elas estão incorporando os princípios da responsabilidade social e como isso está repercutindo para os seus empregados e a população em geral no entorno dessas agroindústrias.

O interesse pela pesquisa nessa área tem relação com as próprias origens – ela é filha de cearenses nascidos no Interior. “Fazer pesquisas relacionadas a esse tema me encoraja cada vez mais a lutar por uma vida melhor e mais justa, a respeitar o hoje e preservar para as gerações futuras o nosso meio ambiente, sempre levando esperança de dias melhores para nossa população rural tão carente e que tanto precisa de ajuda”, conclui. ☺



Artigo de Fernanda competiu com mais de trezentos trabalhos inscritos

Formação para o desenvolvimento

Centros e cursos de graduação e pós-graduação da UFC preparam profissionais e pesquisadores para atuar nos novos empreendimentos do Complexo Portuário do Pecém. Envolvimento da Universidade com o Projeto que deve reunir siderúrgica, metalúrgica, refinaria e empresas de energia, entre outras, já tem mais de uma década

As empresas que vão instalar uma siderúrgica e uma refinaria no Complexo Industrial e Portuário do Pecém ainda não apresentaram uma projeção detalhada da demanda por mão-de-obra, mas as expectativas da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece) são otimistas: cinco mil empregos só na fase de construção da siderúrgica, mais 20 mil durante a implantação da refinaria e outros 90 mil quando esta estiver funcionando. O desafio é qualificar os recursos humanos locais para atender à necessidade dos empreendimentos.

No Pecém, já estão implantadas uma empresa metalmeccânica, uma de pré-moldados e duas de geração de energia elétrica; em fase de implantação há uma empresa geradora de energia, uma de alimentos e outra de placas de aço; além de 13 protocolos de intenção assinados nas áreas de geração de energia, química, siderurgia, metalmeccânica e cimento. Os dois maiores empreendimentos são a siderúrgica, que se encontra em implantação, e a refinaria, cujo contrato de instalação foi assinado em 20 de agosto último.

Em todos os casos, a demanda é por mão-de-obra técnica, básica e superior. E as universidades apresentam um grande potencial de formação qualificada de pessoal para atender a necessidade das indústrias. Na UFC, o Centro de Ciências e principalmente o Centro de Tecnologia oferecem cursos de

graduação e pós-graduação que liberam anualmente centenas de novos profissionais para o mercado. “Uma das preocupações da siderúrgica é com a formação da mão-de-obra”, diz o diretor do Centro de Tecnologia, Prof. José de Paula Barros Neto. Representantes da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), cuja sede fica no Rio de Janeiro, já visitaram este ano as instalações do Centro e conheceram os laboratórios.

O Centro de Tecnologia forma por ano em média 300 engenheiros nos nove cursos de graduação e cerca de 150 especialistas, mestres e doutores nos 18 cursos de pós-graduação. Todos os cursos preparam profissionais que podem ser absorvidos pelas empresas que estão se instalando no Pecém, com destaque para Engenharia Metalúrgica e de Materiais, Engenharia Mecânica e de Produção e Engenharia Elétrica. O Centro de Ciências tem 11 cursos de graduação que formam em torno de 330 profissionais por ano e 14 cursos de pós-graduação que preparam anualmente, em média, 130 especialistas, mestres e doutores.

Os empreendimentos demandam profissionais formados em todas as áreas do Centro de Ciências, mas sobretudo em Química, Física, Geologia, Geografia e Biologia, sem desconsiderar também Estatística e Computação. “O apoio é mais de retaguarda, mais na base”, observa a vice-diretora, Simone da Silveira Sá Borges. Mas além do que já existe, a

diretoria do Centro de Ciências está disposta a criar opções de formação de pessoal mais direcionadas à necessidade dos empreendimentos, e para isso, realiza um levantamento das experiências de cursos de tecnólogos no País com o objetivo de formatar um modelo no Ceará.

“Há vocação e interesse do Centro de Ciências para dirigir a formação de pessoal para atender as demandas do complexo, oferecendo disciplinas, cursos de curta duração ou treinamentos”, acrescenta o diretor José Tadeu Abreu de Oliveira. O Centro de Tecnologia já abriu caminho nesse sentido, criando cursos com foco nas empresas do Pecém. Em 1998 e 1999, quando do início da implantação do complexo, foi oferecido em conjunto com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e a Universidade Federal Fluminense-Volta Redonda a especialização em Metalurgia do Produto e de Siderurgia, para 33 engenheiros, químicos e físicos.

Uma solicitação do Governo do Estado, por sugestão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o curso foi financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A experiência não mais se repetiu, mesmo exitosa, segundo o Prof. Hamilton Ferreira Gomes de Abreu, coordenador do curso e, à época, o único doutor na área na UFC. “Trouxemos profissionais de fora. Hoje seria muito mais fácil montar um curso desse”, compara. No mesmo ano, em 1999, a UFC criou o Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciência de Materiais, com o curso de mestrado, e desde o ano passado conta com doutorado.

Em 2005 o Centro de Tecnologia instituiu o curso de graduação em Engenharia Metalúrgica e de Materiais, que tem duração de cinco anos, recebeu a primeira turma em 2006 e é o primeiro, e até agora único, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. “Um dos objetivos é formar mão-de-obra especializada na área de metalurgia e siderurgia, que deverá ser absorvida pelas indústrias que serão implantadas no entorno da siderúrgica

e pela própria siderúrgica, além das empresas que já existem na região e que necessitam de especialista na área”, diz o chefe do Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais, Prof. Carlos Almir Monteiro de Holanda.

As primeiras turmas do curso foram de 40 alunos, mas no próximo vestibular o número de vagas passará para 60, em conformidade com a expansão prevista pelo Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Mais profissionais para atender uma demanda que não é só dos grandes empreendimentos, pois empresas menores serão responsáveis pelo processamento de petróleo e minério de ferro. “A refinaria entregará a matéria-prima para ser processada por indústrias locais. O mesmo acontecerá com a siderúrgica, embora no início ela esteja voltada para a exportação”, observa Barros Neto.

Potencial de pesquisa

A demanda dos empreendimentos do complexo industrial e portuário do Pecém é maior por técnicos, mas há também a necessidade de pesquisadores. O potencial das universidades não se limita, portanto, à formação de mão-de-obra técnica superior, mas também em preparar pesquisadores que podem ser absorvidos pelas empresas ou atuar em projetos de assessoria e consultoria.

Um levantamento feito pelos centros de Ciência e de Tecnologia sobre o potencial da UFC em ensino, pesquisa e extensão voltado às atividades do complexo portuário, a pedido do Governo do Estado, é um bom parâmetro de avaliação da capacidade da Universidade e possibilidade de contribuição. O Centro de Ciências identificou 49 projetos de pesquisa e dois de extensão relacionados a siderurgia, refino de petróleo, exploração mineral e/ou impactos ambientais e sociais decorrentes dessas atividades.

O Centro de Tecnologia, por meio



da Associação Técnico-Científica Engenheiro Paulo de Frontin (Astef), mapeou os trabalhos mais recentes desenvolvidos ou em desenvolvimento nas áreas de meio ambiente, petróleo, siderurgia e transportes. Dos dez principais trabalhos relacionados a estudos de impacto e/ou viabilidade ambiental, quatro são no Pecém. De uma relação de 18 projetos nas áreas de petróleo e siderurgia em andamento ou já realizados, a grande maioria – 16 – é em parceria com a Petrobras.

O Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais é um dos que mantêm com a Petrobras e outras empresas e órgãos de fomento pesquisas no desenvolvimento científico da área de materiais, principalmente os ferrosos. Os projetos envolvem professores, mas também estudantes que vêem uma porta aberta para o ingresso no mercado de trabalho.

“As expectativas sobre a absorção da nossa mão-de-obra pelas empresas do Pecém são as melhores possíveis, até porque elas já mantêm parcerias com a Universidade por meio dos projetos de pesquisa”, diz Diego Araruna, aluno do sexto semestre do curso de Engenharia Metalúrgica e de

Materiais e participante de pesquisa em desenvolvimento de produtos para a Petrobras na área de controle e detecção de corrosão. “O que nós, alunos do curso, pensamos é que o que estamos estudando é muito importante para o desenvolvimento do Estado”, acrescenta Diego, que integra a primeira turma a se formar daqui a dois anos e escolheu o curso vislumbrando o crescimento do setor no Ceará.

Necessidade de engenheiros

O número de engenheiros metalurgistas que se formam hoje no Brasil é menor do que a demanda. “De acordo com a Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração, existe uma necessidade das indústrias da área de pelo menos o dobro de engenheiros formados no País”, aponta o Prof. Almir Monteiro, diretor-adjunto de Ensino do Centro de Tecnologia. A implantação de uma siderúrgica no Ceará impulsiona a formação de pessoal para atender ao empreendimento e a outras empresas relacionadas com a atividade.

O diretor do Centro de Tecnologia, José de Paula Barros Neto, observa que a carência de engenheiros tem a ver com o declínio na formação desses profissionais nas décadas de 1980 e 1990 em função do baixo crescimento econômico do País nesse período. “Quando o País se desenvolve menos, investe menos em infra-estrutura, constrói menos e, portanto, precisa de menos engenheiro”, explica. Na avaliação dele, os “grandes engenheiros” para implantar empreendimentos do porte de uma siderúrgica ou refinaria virão de fora. “Sem as grandes obras, não foi possível formar grandes engenheiros que pudessem passar sua experiência aos mais novos”, completa.

Independente disso, o diretor do Centro de Tecnologia ressalta o impacto tecnológico que as empresas proporcionarão e a capacidade que a UFC tem de se integrar a esse cenário. “Teremos tecnologia de ponta,

oportunidade inclusive para os alunos tomarem conhecimento. A UFC não deve ficar de fora e tem condições de dar suporte ao desenvolvimento tecnológico”, diz Barros Neto. O Centro de Tecnologia é um espaço privilegiado nesse sentido. “Temos mais de 100 doutores, e nos últimos 15 anos passamos de um centro de ensino para um centro de pesquisa tecnológica, com tendência a crescer cada vez mais”, conclui o diretor.

Projeto Porto do Pecém

Uma placa com a inscrição “Projeto Porto do Pecém”, afixada próximo à diretoria do Centro de Tecnologia há mais de uma década, é simbólica do envolvimento da UFC com a implantação do complexo portuário. Na placa, entre os órgãos citados como participantes do projeto ainda consta a Secretaria de Transportes, Energia, Comunicação e Obras (Seteco), extinta em 1999 para ser substituída pela Secretaria da Infra-Estrutura do Estado (Seinfra).

A participação da Universidade vem desde o início das obras do terminal portuário. O Projeto Porto do Pecém teve início, em 1996, envolvendo, além da UFC e da então Seteco, a Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec), o Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH) e o Instituto Dinamarquês de Hidráulica (DHI). Pela Universidade, estiveram presentes as engenharias Estrutural e Construção Civil, Hidráulica e Ambiental, Metalúrgica e de Materiais e de Transportes.

À UFC coube, inicialmente, a aplicação da hidráulica marítima, ramo da Engenharia Hidráulica que trata das obras ou intervenções feitas no mar, utilizando modelos físicos e matemáticos para estudos detalhados. Por meio de modelagens reduzidas ou não do porto, pesquisadores da UFC realizaram medições de parâmetros físicos em ondas, marés, ventos e correntes para avaliar o que aconteceria na

prática na linha de costa, como erosão e assoreamento, e em estruturas como píer e quebra-mar.

“Eram estudos realizados antes da implantação do porto. E à proporção que ele ia sendo construído, fomos acompanhando para avaliar os impactos”, explica Erasmo Pitombeira, professor do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental. O projeto se encerrou em 2002, quando o porto já estava operando em definitivo e com forma física definida, havendo a inauguração oficial do terminal portuário. Mas um Termo de Ajuste de Conduta proposto pelo Ministério Público Federal exigiu que o acompanhamento dos impactos da obra continuasse.

“Muito do que estava sendo feito pelo projeto é realizado hoje pela própria Cearáportos ou contratado. A análise sobre a qualidade da água, por exemplo, é realizada por pesquisadores do Departamento de Biologia da UFC”, acrescenta Erasmo Pitombeira, atualmente presidente da Companhia de Integração Portuária do Ceará (Cearáportos), criada em 1995, mesmo ano da concepção do complexo industrial e portuário do Pecém.

Centro de treinamento

Com vistas a formação e capacitação de recursos humanos para atender as demandas da siderúrgica e da refinaria e evitar a importação de pessoal de outros estados, o Governo do Ceará destinou R\$ 7 milhões no orçamento do próximo ano para a construção do Centro de Treinamento Técnico Corporativo, que deverá ser instalado no Pecém. O centro de treinamento será coordenado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado, que aguarda as informações das empresas do setor para saber quais as necessidades de mão-de-obra. Por enquanto, apenas a siderúrgica apresentou uma projeção.

O Governo do Estado criou dois grupos de trabalho para tratar do pro-



Graduação em Engenharia Metalúrgica e de Materiais é a primeira, e até agora única, a ser criada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

jetivo de implantação do centro de treinamento. Um ficará responsável pela estruturação da formação de mão-de-obra de nível superior e outro pela qualificação em nível básico e técnico. As duas comissões reúnem representantes de todas as instituições de ensino envolvidas com a iniciativa.

A qualificação em nível superior está sendo elaborada junto com a UFC, a Universidade de Fortaleza (Unifor) e as universidades estaduais – Universidade Estadual do Ceará (Uece), Universidade Vale do Acaraú (UVA) e Universidade Regional do Cariri (Urca). A formação técnica irá envolver a Secretaria da Educação Básica (Seduc), a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), o Instituto Centec, o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

De acordo com a Secitece, a partir do próximo ano, os cursos técnicos oferecidos no Ensino Médio Integrado com o Profissionalizante estarão

voltados para atender as necessidades da refinaria, da siderúrgica e do pólo de mineração. Segundo a Secretaria, também está sendo solicitada ao Ministério da Educação a inclusão de uma área acadêmica na Universidade Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab), que será implantada no município de Redenção, para oferecer cursos nas áreas de petróleo, metalurgia e minerais.

O esforço visa a impedir que se repita o que aconteceu na década de 1980, quando o ciclo de industrialização promovido pelo primeiro governo Tasso Jeressaiti trouxe uma leva de empresas para o Ceará, por causa dos incentivos fiscais, sem preparar pessoal para ocupar todos os postos de trabalho. A falta de qualificação profissional local fez com que várias indústrias, principalmente do setor calçadista, importassem muitos gestores e técnicos dos estados de origem. ☹



Placa afixada no Campus do Pici testemunha o envolvimento da Universidade com o Complexo do Pecém há mais de uma década

Quando dormir é um problema

Pelo menos uma vez na vida, uma pessoa apresenta algum dos mais de 80 distúrbios de sono. Na UFC, pacientes com algum deles são atendidos pelo Laboratório do Sono, onde exames monitoram todo o sono da pessoa

Insônia, apnéia, síndrome das pernas inquietas. Distúrbios desse tipo são os mais comuns dentre uma gama de mais de 80 doenças ligadas ao sono. Segundo especialistas, 95% das pessoas já apresentaram insônia pelo menos uma vez na vida. Na maioria dos casos, em estágios leves e passageiros, sem causar problemas clínicos ao indivíduo. Em estado crônico, os efeitos no organismo do ser humano podem ser devastadores. Fadiga, déficit de atenção e de memória, baixa produção escolar, mau humor e sonolência diurna estão entre as principais conseqüências de uma noite mal dormida.

Na UFC, pacientes com distúrbios de sono atendidos no Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) são encaminhados ao Laboratório de Pesquisa em Biologia e Medicina do Sono, onde pesquisadores da Universidade desenvolvem uma série de estudos e experimentos sobre o assunto. Contando com boa infraestrutura e equipamentos de alta tecnologia, o Laboratório tem capacidade para atender a 40 pacientes por mês.

Além de ser um espaço assistencial, o Laboratório é também um local de pesquisa. E apesar do pouco tempo de funcionamento, as pesquisas na área, realizadas antes da concretização do Laboratório do Sono, já resultaram em três dissertações de mestrado e quatro teses de doutorado. De acordo com o pneumologista Pedro Felipe Carvalho de Bruin, um dos profes-

res responsáveis pelo equipamento, hoje, o Laboratório do Sono da UFC só perde para o da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em volume de publicações.

Com funcionamento nas dependências do HUWC, o espaço dispõe de três quartos para exames e três polissonógrafos e seis actímetros, aparelhos utilizados para a realização de exames. Os equipamentos foram doados há cerca de três anos pela Unifesp, onde o estudo do sono já é bastante avançado.

De acordo com a neurologista Veralice Sales de Bruin, também responsável pelo Laboratório, os atendimentos feitos no local concentram-se em pacientes que apresentam três principais tipos de distúrbios: insônia, apnéia do sono e roncos. Desses, a queixa mais comum recai sobre a insônia. A apnéia obstrutiva é outro problema com alta incidência no Laboratório.

Conforme Pedro Felipe de Bruin, a apnéia obstrutiva acomete cerca de 10% da população adulta. A doença caracteriza-se pela obstrução das vias aéreas em nível da garganta, durante o sono, levando a uma parada da respiração, que dura em média 20 segundos. Durante a apnéia, a oxigenação sanguínea pode cair a valores críticos, expondo o paciente a problemas cardíacos.

O distúrbio pode interferir também nas atividades diurnas do indivíduo. Segundo explicou o pneumologista, o paciente acometido pela doença acorda cansado e passa o dia

sonolento, aumentando os riscos de sofrer acidentes de trabalho ou no trânsito. Conforme o médico, riscos desse tipo são cinco vezes maiores em pessoas que sofrem de apnéia, do que em indivíduos sem o problema.

Uma terceira causa de procura pelo Laboratório são os roncos, especialmente pelo público masculino. Mesmo sendo um fenômeno comum a mais de 30% da população masculina, o ronco pode sinalizar distúrbios mais graves, além de, em casos mais sérios, poder interferir na vida social do paciente, incomodando parceiros ou até mesmo vizinhos.

Apesar de afetar grande parcela da população mundial (dados da Organização Mundial de Saúde apontam que quase 50% da população tem algum problema no sono), os distúrbios devem ser tratados de imediato para a que a qualidade de vida do indivíduo melhore. De acordo com Pedro Felipe de Bruin, o sono é vital para o ser humano, pois é, especificamente naquele momento, que acontecem determinados fenômenos biológicos, ligados à reposição e conservação de energias, ao reforço das defesas do organismo, à consolidação da memória e do aprendizado, processos hormonais, dentre outras funções.

Alta tecnologia para monitorar o sono

Para detectar as causas de tais distúrbios, o Laboratório do Sono da UFC conta com uma série de exames realizados no próprio local. Um dos principais é a polissonografia. Nela, o paciente se submete a uma bateria de testes realizados durante uma ou mais noites. A pessoa é encaminhada ao quarto de exame, onde vários eletrodos (fios com sensores) conectados a um computador são espalhados pelo corpo do paciente. Enquanto a pessoa dorme, os sensores registram diversos fenômenos ocorridos durante a noite de sono.

Através do exame, os médicos


monitoram diferentes parâmetros fisiológicos do sono, entre os quais: a atividade elétrica cerebral, movimentos oculares e musculares, batimentos cardíacos, respiração, oxigenação, movimento torácico e abdominal, ronco, posição no leito e movimentos das extremidades. O monitoramento, explica o médico, é recomendado para o diagnóstico de um grande número de doenças ligadas ao sono.

Já a actimetria, exame também disponibilizado pelo Laboratório, facilita o diagnóstico das causas da insônia, segundo indicou o pneumologista. Através de um pequeno sensor, similar a um relógio de pulso, colocado no paciente, o actímetro detecta todos os períodos de atividade e repouso da pessoa durante o sono.

Outro exame realizado no local é o teste de latências múltiplas do sono, o qual é utilizado para medir o tempo que o paciente leva para dormir. De acordo com a Prof^a. Veralice Sales de Bruin, o exame é útil para detectar casos de sonolência patológica, dentre os quais a narcolepsia (dificuldade para a pessoa manter-se acordada) se destaca como a mais grave. Segundo explicou, o paciente passa o dia inteiro no Laboratório e a cada duas horas tenta dormir. O tempo que o paciente leva até entrar em sono profundo é monitorado pelo sensor.

AS RECOMENDAÇÕES PARA UM SONO SAUDÁVEL INCLUEM:

1. Atividade física diária, preferencialmente, no período da manhã
2. Evitar grandes refeições à noite. Restringir o uso de caféina, tabaco e álcool
3. Reduzir a ingestão de líquidos à noite
4. Usar o quarto somente para dormir (e para a atividade sexual)
5. Manter um horário regular para sair da cama pela manhã
6. Não tirar cochilos durante o dia.
7. Sesta limitada a 30 minutos no máximo
8. Evitar luz brilhante (incluindo televisão) próximo da hora de dormir.

A atividade física merece destaque especial. Estudos recentes demonstram que exercitar-se moderadamente melhora a qualidade do sono, reduz a latência para o sono (isto é, o tempo que se demora para começar a dormir) e aumenta a duração do sono em indivíduos adultos, particularmente, nas faixas etárias mais elevadas. Uma vez que a maioria dos idosos, sobretudo as mulheres, relata baixo nível de atividade física, o exercício pode ser uma das intervenções mais úteis nesse grupo de pacientes com insônia. 

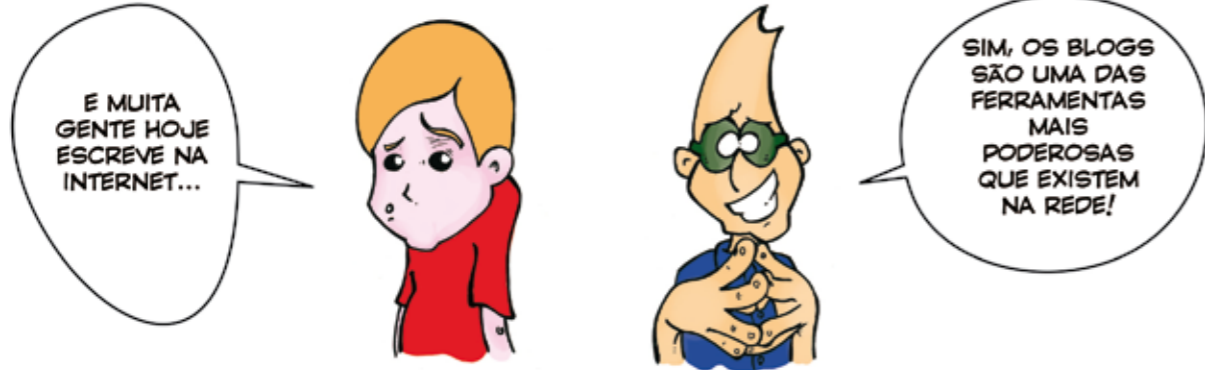
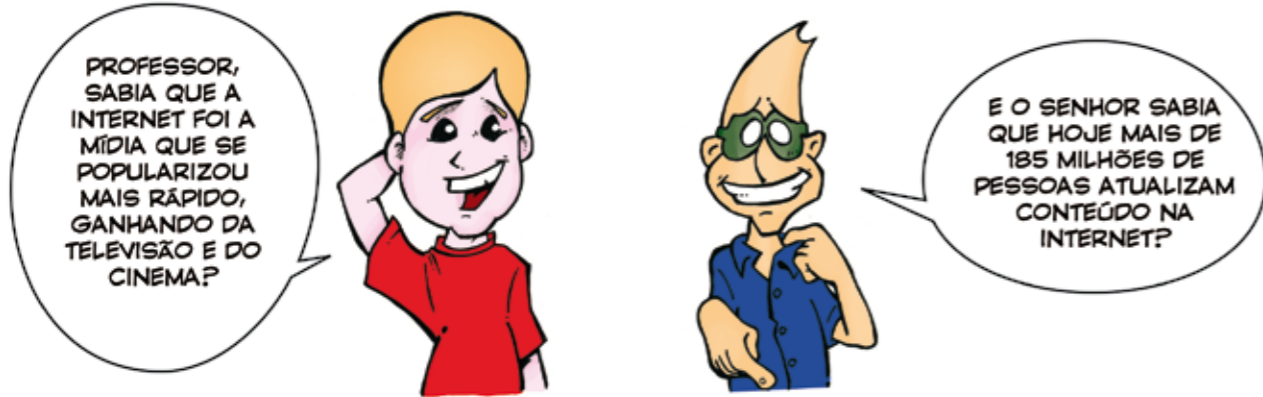
DOENÇAS DO SONO (SINTOMAS)

APNÉIA	SÍNDROME DAS PERNAS INQUIETAS	INSÔNIA
1. Sonolência	1. Chutes durante a noite	1. Fadiga
2. Impotência	2. Angústia	2. Déficit de atenção
3. Alteração de humor	3. Necessidade de alongar as pernas	3. Falta de concentração e memória
4. Insônia	4. Necessidade de massagem as pernas	4. Irritabilidade
5. Redução de memória e criatividade		5. Quadro depressivo
6. Redução da libido		6. Aumento de risco de acidente de trabalho

EUREKA!

O CAMPUS EM QUADRINHOS

ROTEIRO
RICARDO JORGE
DESENHO
CORES E LETRAS
FELIPE LIMA
oficina.quadrinhos.ufc@gmail.com



Que o Natal e o ano de 2009
tragam tantas cores em sua vida quanto esta página.

O CETREDE

termina o ano com a certeza de ter alcançado os objetivos e metas planejados para 2008, cumprindo a missão institucional de promover o desenvolvimento da educação para o exercício da cidadania.

Neste momento natalino, associamo-nos a todos aqueles que contribuíram para o êxito do trabalho realizado - colaboradores internos, consultores e parceiros - desejando-lhes paz, harmonia e prosperidade.

Boas Festas





SLA/rlbp

Investir em cultura é promover o diálogo do artista com o público e do Nordeste com o mundo. Valorizar a arte e cultura do Nordeste é valorizar o povo nordestino, a sua história e a sua identidade. Por isso, o Banco do Nordeste patrocina diversas manifestações artísticas e mantém 3 Centros Culturais que despertam a curiosidade dos visitantes e atuam como formadores de platéias. São ações integradas ao conceito de economia da cultura. São ações que respeitam as diversas expressões e estilos, resultando sempre no que mais importa: o desenvolvimento social.